

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2007
Área Temática: Crédito - Pronaf**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Junho de 2007.

Índice

Medidas para o café – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007	6
Liberação de R\$ 250 milhões para operações de custeio no Centro-Oeste é votada – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007	6
Conselho Deliberativo vota hoje liberação de R\$ 250 milhões para custeio no Centro-Oeste – Sítio Eletrônico do Pronaf – 01/06/2007.....	6
Fraude tira maior seguradora rural do país – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2007.....	7
Agricultura evolui e estimula seguro rural – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/06/2007.....	9
Dívidas – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities - 05/06/2007	10
Solução para gargalos – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007	11
Na liderança – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007.....	11
Guedes no BB – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007	11
Ampliar crédito – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007	11
Seguro rural – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007.....	11
Juros – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007	11
Ex-ministro vai assumir a área agrícola do BB - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007	12
Mercado de máquinas em compasso de espera - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007	12
MDA realiza seminário sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007	13

SRA realiza seminário sobre Programa Nacional de Crédito Fundiário – Contag - 13/06/2007	14
Ministro destaca o Crédito Fundiário como política complementar à reforma agrária – Sítio eletrônico do MDA – 13/06/2007	15
Vantagens à vista no Plano de Safra - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 13/06/2007.....	17
Agricultor terá mais prazo para pagar dívidas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2007	18
Renegociação de dívidas do Pronaf beneficiará 50 mil famílias no País – Sítio Eletrônico do MDA – 15/06/2007	18
Crédito para cafeicultor – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007	19
Alongamento de dívidas – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007.....	19
 Segunda Quinzena	
Alívio – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007	19
Sem 2006/07 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007.....	20
Prorrogação de dívida pode ser de R\$ 10 bi, afirma CNA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/06/2007.....	20
Governo concentra crédito da agricultura familiar – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 19/06/2007	21
Governo vai mudar regras de linhas do Pronaf – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007.....	22
Juros do crédito rural podem cair para até 6,5% - Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007.....	23
G4 decreta blecaute informativo sobre Doha – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007.....	24
Novo Plano de Safra terá R\$ 58 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007	25

Banco do Brasil estimula contratação de seguro rural – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007	26
Crédito do BB para o campo deve crescer 20% em 2007/08 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/06/2007	27
Presidente lança nesta quarta-feira (27) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 – MDA – 26/06/2007	28
Lula lança hoje plano de safra com sobra de recursos de 2006 – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007.....	28
LEILÃO DE CAFÉ – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 27/06/2007	29
LULA E STEPHANES LANÇAM PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do Mapa – 27/06/2007.....	29
Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar – MDA – 27/06/2007	29
Plano para a agricultura familiar terá mais crédito e juros menores - Mauro Zanatta 27/06/2007	33
Vantagens também para grande produtor – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007	34
GOVERNO QUER DEFINIR CRITÉRIOS PARA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PRODUTORES ATÉ O PRÓXIMO MÊS – Agnes Melo - Sítio Eletrônico do MAPA – 28/06/2007.....	35
MAIS RECURSOS E QUEDA DE JUROS NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/06/2007	36
MDA quer investir mais recursos na agricultura familiar nordestina – MDA – 28/06/2007	38
Recursos do FCO – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 28/06/2007	38
MAIS RECURSOS E QUEDA DE JUROS NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/06/2007	39
Safra 2007 terá juro menor e mais verba - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007.....	41

Crédito rural cresce 16%, para R\$ 58 bi – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2007.....	42
SETOR GOSTOU – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - 29/06/2007	43
CATÁSTROFE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 29/06/2007	43
FUNCAFÉ LIBERA MAIS R\$ 150 MILHÕES – Cláudio Cunha - Sitio Eletrônico do MAPA – 29/06/2007	43
Beneficiários do microcrédito do Pronaf terão assistência técnica gratuita – MDA – 29/06/2007	44
Planos oficiais confirmam foco na classe média rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/06/2007	45
Incra aumenta valores do Crédito Instalação para assentados da reforma agrária – MDA – 29/06/2007.....	46
Plano agrícola, segurança para o agronegócio - Reinhold Stephanes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/06/2007	48

Medidas para o café – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/06/2007

O governo lança o Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) para 5 milhões de sacas de café. O objetivo é garantir os custos de produção. Já a Conab informou que os estoques privados de café estavam em 17,6 milhões de sacas no final de março no Brasil, 55% acima dos de igual período de 2006.

Liberação de R\$ 250 milhões para operações de custeio no Centro-Oeste é votada – Sítio Eletrônico do MDA – 01/06/2007

A liberação de R\$ 250 milhões para operações de custeio nas condições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) deve ser votada hoje (1º) na 43ª reunião do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condrel/FCO), que acontece em Cuiabá (MT). O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, participa da reunião, já que o Ministério tem representação no Conselho.

Segundo Peraci, o Fundo Constitucional já faz uma contribuição de R\$ 600 milhões todos os anos para o desenvolvimento da agricultura familiar. Porém, o fundo não apóia custeio, só investimento. “Mas, desde 2005, o Conselho Deliberativo do Centro-Oeste vem ajudado a agricultura familiar e apoiando também operações de custeio”, explica.

Conselho Deliberativo vota hoje liberação de R\$ 250 milhões para custeio no Centro-Oeste – Sítio Eletrônico do Pronaf – 01/06/2007

A liberação de R\$ 250 milhões para operações de custeio nas condições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) deve ser votada hoje (1º) na 43ª reunião do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condrel/FCO), que acontece em Cuiabá (MT). O secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Adoniram Sanches Peraci, participa da reunião, já que o Ministério tem representação no Conselho.

Segundo Peraci, o Fundo Constitucional já faz uma contribuição de R\$ 600 milhões todos os anos para o desenvolvimento da agricultura familiar. Porém, o fundo não apóia custeio, só investimento. “Mas, desde 2005, o Conselho Deliberativo do Centro-Oeste vem ajudado a agricultura familiar e apoiando também operações de custeio”, explica.

Empresa norte-americana Rain and Hail sai do Brasil no momento em que o governo tenta desenvolver seguro no setor agrícola

Custo do serviço no Brasil é alto e cobertura se limita a algo entre 50% e 60%

A norte-americana Rain and Hail, a maior empresa de seguro rural do mundo, está deixando o Brasil. Segundo a **Folha** apurou, um dos principais motivos da saída da empresa são as fraudes ocorridas no setor, que dificultam o avanço do seguro rural no país. A saída da norte-americana ocorre no momento em que o governo tenta ampliar o uso do seguro rural, considerado essencial para o desenvolvimento do agronegócio. Um bom sistema de seguro teria aliviado a situação de produtores nas últimas safras, quando o setor acumulou pesadas dívidas, principalmente com a forte seca no Sul e chuva e ferrugem da soja no Centro-Oeste.

Esses problemas climáticos fizeram o governo intervir no setor com a adoção de vários pacotes de apoio ao agricultor. Como disse o ex-ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, quando estava à frente do ministério, "a ação do governo deve ser a de prevenir, e não a de remediar depois do fato ocorrido".

Tanto o governo quanto os produtores avaliam que a falta de seguro é hoje um dos principais problemas da agricultura brasileira.

Na avaliação da companhia norte-americana, as fraudes colocam os custos do seguro rural em patamares elevados, impedindo o desempenho dessa modalidade de proteção aos produtores no país. Pior ainda, essa tendência deve continuar, segundo a empresa.

Desvio

Conforme a **Folha** apurou, entre as fraudes mais comuns que estariam sendo praticadas por agricultores está o desvio da produção para outras pessoas da família, declarando uma produção menor.

Outra prática adotada por parte dos produtores é a da distribuição da produção por vários receptores, o que dificulta a avaliação da produção total obtida pelo agricultor. A conviência de cooperativas e de outras empresas de recebimento de produtos agrícolas agrava a situação.

O setor vive, ainda, dificuldades de entendimento na Justiça sobre as especificidades dos contratos, o que dificulta, inclusive, a reclamação judicial das empresas contra as eventuais fraudes.

A falta de expansão no setor impede uma boa remuneração dos participantes desse mercado e uma especialização dos profissionais. Com isso, sem uma visão clara dos

problemas do campo, muitas vezes as seguradoras e corretoras não conseguem falar a mesma linguagem do produtor.

Outro ponto que precisaria ser desenvolvido, na avaliação da norte-americana, é uma participação sólida do governo neste sistema. Seguro agrícola é caro, mas isso não ocorre apenas no Brasil. A diferença é que em outros países há uma participação maior dos governos.

Essa mescla de fraudes e de mercado pequeno torna o seguro rural pouco atrativo para todos. O produtor paga um alto preço pelo serviço e seguradoras e corretoras vendem um produto caro, mas não ganham dinheiro, na avaliação da empresa norte-americana. Os custos médios de seguro no setor de grãos no Brasil vão de 5% a 8%, dependendo do produto, e o produtor tem o retorno de 50% a 60% do valor da produção. Nos Estados Unidos, a cobertura vai de 80% a 90% da produtividade prevista. Casos específicos chegam a garantir ao produtor até 150% das estimativas de produção.

Na avaliação do mercado, no entanto, a saída da norte-americana tem a ver também com o uso de um modelo importado, que não deu certo no Brasil. Cada país tem suas peculiaridades e a montagem de um modelo apropriado é demorada, segundo informações do setor.

Cenário distinto

Cooperativa consultada pela **Folha** diz que o cenário do setor não é exatamente o traçado pela seguradora norte-americana. Quando um produtor comunica o sinistro à seguradora, ela deveria fazer a vistoria da área e avaliar a produtividade no próprio local da colheita.

"Fraudes existem, mas não ocorrem apenas no setor agrícola e somente no Brasil. Ocorrem em qualquer lugar do mundo", avalia Luiz Carlos Meleiro, superintendente de agronegócio da AGF.

Luciano Marcos de Carvalho, assessor técnico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), diz que "a fraude acontece quando não se tem boa regulação. São necessários marcos regulatórios mais eficientes no setor." Apesar dos problemas, o pagamento de prêmios em seguros rurais cresceu no ano passado, depois de dois anos de queda.

Com movimentação anual de US\$ 40 milhões em prêmios, Brasil deve superar Argentina e tornar-se maior mercado da região

Tamanho, variedade de culturas e participação maior do governo devem garantir o desenvolvimento do setor no país

DA REDAÇÃO

O seguro rural no Brasil ainda está bem distante do de outros países, que há poucas décadas estavam no mesmo estágio inicial de desenvolvimento do sistema brasileiro atual. Mas o avanço das tecnologias na agricultura e na pecuária está trazendo uma profissionalização maior e uma nova mentalidade entre os produtores, que começam a encarar o seguro rural como um custo necessário, segundo analistas do setor. Luiz Carlos Meleiro, superintendente de agronegócio da AGF Seguros diz que está otimista com o crescimento do setor no Brasil. O país se consolida como um grande produtor mundial de commodities. Avança nos setores de grãos, de biocombustível e de florestas. A cultura do agricultor está mudando e ele começa a entender que o seguro é parte do risco da produção. Meleiro diz que cada país tem um modelo específico de seguro rural, principalmente porque os problemas e as características de produção são diversos. E o Brasil deve chegar ao seu modelo com rapidez.

Algumas mudanças estão sendo fundamentais para o desenvolvimento do setor, segundo Meleiro. O dinheiro a ser recebido pelos produtores já chega mais rapidamente e o governo participa mais do setor, com o aumento da subvenção -pagamento de parte do prêmio do seguro devido pelo produtor.

Exemplo de melhoria no setor são as discussões sobre a nova Lei de Catástrofes, que está sendo desenvolvida pelos ministérios da Fazenda e da Agricultura. Essa lei vai dar segurança tanto aos produtores como às seguradoras. "Esse é um lado positivo do setor, que está sendo desenvolvido de forma rápida", acrescenta o superintendente da AGF Seguros. José Maria Cullen, diretor técnico da Seguradora Brasileira Rural, diz que o país caminha para ser o maior mercado da América Latina. Tem tamanho, variedade de culturas agrícolas e o governo está consciente da necessidade de participar mais desse mercado.

A Argentina, com cem anos de tradição em seguro agrícola e com a atuação de 30 seguradoras, movimenta US\$ 100 milhões em prêmio por ano. O Brasil movimenta US\$ 40 milhões e tem apenas cinco seguradoras no setor, mas deve ultrapassar a Argentina em breve, segundo ele.

Cullen diz, no entanto, que falta muito para o produtor brasileiro entender que o seguro é um instrumento para evitar perdas financeiras.

Mesmo acreditando no crescimento do mercado brasileiro, Cullen diz que não haverá explosão do seguro rural no país porque as seguradoras não estão preparadas. A evolução será lenta até pela estrutura do mercado e pelos riscos.

Luciano Marcos de Carvalho, assessor técnico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), diz que falta diálogo entre as duas pontas. O produtor quer o seguro, mas em condições financeiras mais favoráveis. Já as seguradoras querem vender, mas com um grau de risco menor. Não existe modelo pronto para o país, principalmente devido às diferenças no setor: clima, culturas e tecnologias utilizadas, na avaliação de Carvalho.

"É preciso descobrir esse modelo por meio de conversas entre todos os participantes do setor: seguradoras, cooperativas e entidades de classe, órgãos que conhecem as necessidades do campo", afirma o assessor da CNA.

Mas o setor tem "alguns pontos nevrálgicos", na avaliação de Meleiro. Seguro é estatística, e algumas estações climáticas não dispõem de dados para o setor. Essas informações são importantes porque facilitariam a formação das taxas de seguro, o que beneficiaria áreas com risco menor.

É importante também a maior participação do governo nas subvenções, embora isso já venha ocorrendo após as recentes crises agrícolas. Na safra 2005/6, o governo participou com subvenções de R\$ 2,3 milhões. Na de 2006/7, o valor subiu para R\$ 31 milhões. Para 2007/8, são esperados pelo menos R\$ 90 milhões.

Outro ponto que não pode ser abandonado é o desenvolvimento desse fundo de catástrofe, que dará maior segurança a todos os participantes do setor. Além disso, a área de seguro não passará por uma fase de desenvolvimento sem um acultramento do campo, trabalho que não deve ser apenas tarefa do governo, mas também das empresas do setor. O mercado ficará mais atrativo, e outras empresas virão para o setor, aumentando a competitividade e reduzindo as taxas de custos.

(MAURO ZAFALON)

Dívidas – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities - 05/06/2007

As dívidas dos produtores agrícolas, que normalmente ficam em torno de 30% do PIB agrícola, estão atualmente em 54%. Contas da FGV indicam que só as dívidas atrasadas somam R\$ 81 bilhões. Se forem somados os financiamentos para a próxima safra, vão ultrapassar R\$ 100 bilhões.

Solução para gargalos – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 05/06/2007

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, reiterou ontem que o governo reduzirá a alíquota dos juros controlados voltados ao crédito rural no Plano de Safra 2007/08. Atualmente, a taxa é de 8,75% ao ano. Ele observou que há no governo nove gargalos para o desenvolvimento da agricultura, e um deles é o aumento nos preços dos insumos, especialmente de fertilizantes. Stephanes ponderou que o setor tem uma característica que complica a realização de ações: a concentração da produção mundial em poucos grupos.

Na liderança – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

O complexo soja perdeu a liderança nas exportações do agronegócio para as carnes neste ano. Até maio, as carnes renderam US\$ 4,3 bilhões; a soja, US\$ 4,2 bilhões. No mesmo período do ano passado, enquanto a soja liderava com US\$ 3,5 bilhões, as carnes somavam US\$ 3,1 bilhões.

Guedes no BB – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

O ex-ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, assume, em três semanas, a vice-presidência de agronegócios do Banco do Brasil. Guedes diz que a função deverá ser exercida "em cooperação com os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, além de CNA, SRB, OCB, Contag e outros órgãos do setor".

Ampliar crédito – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

O novo vice-presidente de agronegócios diz que o papel do Banco do Brasil é essencial para a agricultura, já que financia dois terços do setor. "É preciso trabalhar muito para a ampliação e a diversificação das fontes de recursos no setor."

Seguro rural – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

Guedes afirmou, ainda, que vai trabalhar para ampliar e desenvolver o seguro rural. Outro item que deve estar no foco das atenções é a ampliação dos negócios no mercado futuro, "que tem um papel importante".

Juros – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 07/06/2007

O vice-presidente de agronegócios do BB diz que há espaço para a redução das taxas de juros, medida que o governo está tomando. Ele destaca, no entanto, que há possibilidade de ampliação dos recursos com taxas controladas.

Ex-ministro vai assumir a área agrícola do BB - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007

O ex-ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, será o novo vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil. Na disputa de bastidores travada com o ex-senador goiano Maguito Vilela (PMDB) pelo posto, Guedes, que tem relações históricas com o PT e movimentos de reforma agrária, contou com o apoio decisivo de seu padrinho político, o ex-ministro José Graziano, amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atual diretor regional do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Em maio, Guedes já havia sido convidado formalmente para ocupar a função. Em telefonema, o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega, lhe deu a notícia. Mas a bancada do PMDB interveio e o presidente do partido, Michel Temer (SP), arrancou um compromisso do presidente Lula pela nomeação de Maguito no BB. A necessidade de composição política emparedou Lula. Com isso, aliados de Guedes e parlamentares do PT passaram a defender o nome do ex-ministro para o comando da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), também prometido a um pemedebista - o ex-deputado Wagner Rossi.

Diante do impasse, entrou em campo José Graziano, que também teve como aliado o chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho. O ex-ministro Roberto Rodrigues foi outro que intercedeu por Guedes, seu ex-secretário-executivo na Agricultura, em conversas com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. No fundo, o próprio Lula emitiu sinais de que não gostaria de ver o ruralista Maguito Vilela num cargo estratégico para o setor. Preferia, segundo seus interlocutores, uma "solução técnica", mas com "sustentação política".

Atual vice-presidente, o funcionário de carreira do BB, Derci Alcântara, tinha apoio do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), o que, no fim, acabou pesando contra ele. O PMDB não aceitou perder a disputa no terreno partidário. E Maggi foi derrotado. Assim, Guedes entra no governo como um nome da cota pessoal de Lula, assim como Graziano foi ministro do Combate à Fome no primeiro mandato.

Para contentar o PMDB, encontrou-se uma "solução salomônica" ao dividir a Vice-Presidência de Agronegócios e de Governo do BB. Assim, Maguito Vilela será nomeado vice-presidente de Governo, onde terá relações mais políticas com Estados e municípios. E também ficará longe de questões espinhosas como renegociação de dívidas, concessão de crédito e análise de risco de seus aliados ruralistas.

Mercado de máquinas em compasso de espera - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 08/06/2007

As vendas de tratores e colheitadeiras no mercado interno estão praticamente paralisadas de duas semanas para cá. Segundo Milton Rego, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), isso acontece porque muitos produtores aguardam tanto a decisão do governo sobre a renegociação de dívidas contraídas na último ciclo quanto o volume de recursos que estarão disponíveis no Plano de Safra 2007/08.

"Estamos vivendo a 'tensão pré-Plano de Safra'. Com a queda da [taxa básica de juros] Selic, os produtores esperam uma redução dos juros. Isso somado à questão da renegociação das dívidas formam um mercado ansioso. Até o anúncio do Plano de Safra, o mercado tende a ficar paralisado", disse Rego ao Valor.

O Ministério da Agricultura já sinalizou em diversas oportunidades que vai reduzir as taxas de juros do crédito rural em 2007/08 - hoje são de 8,75% e de 10,75% no caso do Moderfrota (programa para a aquisição de máquinas). Produtores também esperam que o governo reajuste os preços mínimos para grãos e destine mais recursos para o seguro rural. "São essas coisas que fazem o produtor plantar ou não e adquirir máquinas, veículos e equipamentos", observou Rego.

Antes da tensão "pré-Plano de Safra", o segmento registrava alta nas vendas no mercado interno. Em maio, as vendas de tratores de rodas, por exemplo, atingiram 2.677 unidades, 11,5% mais que em abril e 50,3% acima do mesmo mês de 2006. No total, as vendas de máquinas agrícolas cresceram 8,4% sobre abril e 40,5% em relação a maio de 2006, para 3.152 unidades. Nos cinco primeiros meses do ano, o incremento foi de 31,3%, para 13.288 unidades.

Rego observou que a recuperação do mercado tem sido desigual. No Sul e no Sudeste, onde os produtores estão com melhor rentabilidade e bom nível de adimplência, o avanço foi maior. "Já no Centro-Oeste, onde a rentabilidade das culturas algumas vezes é nula ou negativa, as vendas estão mais complicadas".

As exportações, por sua vez, tiveram incremento de 5,4% em maio sobre abril e de 21,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 2.262 unidades. No ano, os embarques caíram 0,2%, para 9.271 unidades. Em receita, houve queda de 0,7% no ano, para US\$ 901,474 milhões. Segundo o vice-presidente da Anfavea, o país perdeu competitividade devido ao câmbio, sobretudo no Mercosul - principal destino das máquinas agrícolas exportadas pelo Brasil.

Nesse cenário, a produção de máquinas cresceu 17% até maio, para 22.987 unidades. No mês passado, foram 5.585 unidades.

MDA realiza seminário sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2007

O I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) começou nesta quarta-feira (13), às 9h, no Hotel Retiro das Pedras, em Valparaíso, na região do entorno de Brasília. A solenidade de abertura contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho, de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e do Banco Mundial.

O seminário acontece até o dia 15 com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo do encontro é abrir um processo de discussão e avaliação do programa no período 2002/2007, além de construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

No encontro, serão debatidas duas demandas importantes dos movimentos sociais: a renovação do acordo de empréstimo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Banco Mundial e a implementação do PNCF como política pública.

Como funciona o programa

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e propiciar qualidade de vida aos trabalhadores rurais. Isso ocorre por meio da

concessão de linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o Crédito Fundiário é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47.682 famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Serviço

O quê: abertura do I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Data/hora: amanhã (13), às 9h. O seminário continua até o dia 15.

Local: Hotel Retiro das Pedras (Rodovia DF 495, km 08 – Valparaíso, em Goiás, na região do entorno de Brasília)

SRA realiza seminário sobre Programa Nacional de Crédito Fundiário – Contag - 13/06/2007

O I Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) começa hoje (13), às 9h, no Hotel Retiro das Pedras, em Valparaíso, na região do entorno de Brasília. A solenidade de abertura contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho, do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e do Banco Mundial.

O seminário acontece até o dia 15 com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo do encontro é abrir um processo de discussão e avaliação do programa no período 2002/2007, além de construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

No encontro, serão debatidas duas demandas importantes dos movimentos sociais: a renovação do acordo de empréstimo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Banco Mundial e a implementação do PNCF como política pública.

Como funciona o programa

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e propiciar qualidade de vida aos trabalhadores rurais. Isso ocorre por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em

infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o Crédito Fundiário é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar - CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47.682 famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foram investidos mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Mais informações:

Assessora de Comunicação da SRA/MDA

Geralda Magela - (61) 21919778 e 9961-8240.

Ministro destaca o Crédito Fundiário como política complementar à reforma agrária – Sítio eletrônico do MDA – 13/06/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou na abertura do Seminário de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), na manhã desta quarta-feira, em Valparaíso de Goiás, a importância dessa política pública de acesso à terra. “Quero reafirmar que o Crédito Fundiário era e continua sendo uma política central do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fundamental e complementar à reforma agrária. E será assim em todas as suas linhas neste segundo mandato”, disse o ministro.

O seminário começou hoje no Hotel Retiro das Pedras. A solenidade de abertura contou também com a participação do secretário de Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, e do secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira; do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos; da coordenadora de Políticas de Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Severine Macedo; do diretor do PNCF, Raimundo Costa Sobrinho; além de João Barbosa, do Banco Mundial.

Cassel destacou que o principal desafio do programa neste segundo mandato será dar mais agilidade às contratações e atingir a meta de atender 20 mil famílias. “Vamos colocar mais gente na terra, mas com a qualidade que esperamos”, ressaltou.

O ministro anunciou a liberação pelo MDA, ainda no mês de junho, de um aporte de R\$ 15 milhões para o Crédito Fundiário. Além disso, está sendo articulada a renovação do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial para a continuidade da linha Combate à Pobreza Rural, uma das linhas de crédito do PNCF.

Integração das políticas

O secretário de Reordenamento Agrário disse que a novidade da atual gestão será olhar o PNCF como um todo, não só por meio da linha Combate à Pobreza Rural, mas também da linha Consolidação da Agricultura Familiar. “O PNCF deve ser visto como uma

política pública integral e, a partir daí, olharemos os seus recortes e as particularidades de cada segmento”.

Para Almeida, a prioridade é promover a integração das políticas públicas e reforçar o desenho do programa, por meio da participação e da descentralização. Ele destacou ainda os resultados do Crédito Fundiário nos últimos quatro anos. “Conseguimos que o programa conquistasse o seu espaço e iniciasse um processo que viabilizou a contratação de 48 mil famílias”.

De acordo com ele, agora será necessário ampliar o foco. “Temos de garantir o ritmo das contratações, mas também a consolidação dos projetos na fase posterior ao acesso à terra”.

Territórios da Cidadania

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, enfatizou o trabalho que vem ocorrendo no MDA para integrar as políticas públicas, não só do Ministério, mas do Governo Federal como um todo.

Um dos instrumentos de articulação que vêm sendo construídos é a criação dos Territórios da Cidadania. A proposta é de eleger alguns territórios prioritários, com necessidades e características comuns, para desenvolver essas ações.

De acordo com Oliveira, a integração das políticas públicas é um desafio do Governo Federal e uma cobrança dos movimentos sociais. “O seminário será uma boa oportunidade para promover essa discussão”, acrescentou.

Participação e controle social

O PNCF tem por objetivo diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Para isso, oferece linhas de crédito para a compra de imóveis rurais e para investimento em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não-passíveis de desapropriação para a reforma agrária.

Uma das características programa é o seu modelo de gestão descentralizada. Coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), é desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e movimentos sindicais e relacionados à agricultura familiar. Essa rede de parceiros garante a transparência e o controle social do programa.

A coordenadora de Juventude da Fetraf, Severine Macedo, reconheceu a importância dessa parceria do programa com os movimentos sociais. “Não são todos os governos que têm essa abertura”, disse a líder sindical. Para ela, o seminário é um espaço para discutir melhorias nas linhas do programa, especialmente na linha Nossa Primeira Terra, voltada ao público jovem. “Espero que possamos sair daqui com uma perspectiva melhor, que possamos construir uma agricultura familiar forte e que contribua para a melhoria do País”.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, fez uma retrospectiva histórica do Crédito Fundiário, que surgiu em 2002 como resposta a uma demanda do movimento dos trabalhadores. Para ele, dos programas do Governo Federal, esse é o mais aberto em termos de discussão e de participação.

Santos também reafirmou o compromisso da instituição de que o Crédito Fundiário avance e ressaltou a necessidade de que o Governo Federal, os estados e as federações de trabalhadores se unam nesse esforço. “Este é o momento de fazermos uma auto-avaliação do papel de cada um”. De acordo com ele, o PNCF tem de ser visto como um programa que veio não para substituir, mas para complementar a reforma agrária.

R\$ 1 bilhão em recursos - O seminário continua até sexta-feira (15) com a participação de técnicos e coordenadores do programa nos estados e de representantes de movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O objetivo é abrir um processo de discussão e avaliação do programa (no período 2002/2007), e construir as bases e diretrizes para a formulação da II Fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural.

O representante do Banco Mundial, João Barbosa afirmou que esta cultura de avaliação que vem sendo criada no Brasil para as políticas públicas é importante. “Espero que, ao final do encontro, as discussões do público possam contribuir para aperfeiçoar o programa”.

O programa conta com linhas de crédito específicas: Combate à Pobreza Rural (para trabalhadores rurais sem terra); Nossa Primeira Terra (voltada para jovens rurais de 18 a 28 anos); e Consolidação da Agricultura Familiar – CAF (destinada aos agricultores familiares). O financiamento pode ser coletivo ou individual, de acordo com a linha de crédito específica, e ser pago em até 17 anos.

Desde 2003, 47,6 mil famílias adquiriram imóvel rural com recursos do programa. Nesse período, já foi investido mais de R\$ 1 bilhão pelo Crédito Fundiário.

Vantagens à vista no Plano de Safra - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 13/06/2007

O desenho do novo plano do governo para apoiar a próxima safra brasileira, que começa oficialmente em julho, prevê redução de juros, sobretudo para os médios produtores, além de uma ligeira elevação no volume de crédito disponível e o aumento dos limites de crédito com juros controlados por cultura.

O Plano de Safra 2007/08, que será anunciado até o fim deste mês de junho, deve contar com recursos entre R\$ 53 bilhões e R\$ 55 bilhões - no atual ano-safra, o governo anunciou R\$ 50 bilhões, ou 13% acima da temporada 2005/06. Mas como a redução dos juros elevará a fatia bancada pelo Tesouro Nacional na equalização das taxas, a equipe econômica busca meios para minimizar os impactos.

As duras negociações entre os ministérios da Fazenda e da Agricultura têm esbarrado na queda de braço em torno da redução dos juros do crédito rural, hoje em 8,75% ao ano. A Fazenda quer baixar as taxas em apenas um ponto percentual. Pressionada pelos ruralistas, a Agricultura quer reduzir em dois pontos. A persistir o impasse, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva arbitrar uma decisão.

Em outro ponto, segundo apurou o Valor, há consenso para ampliar o acesso dos beneficiários do Proger Rural, a chamada classe média do setor, aos financiamentos com juros subsidiados pelo Tesouro - a taxa está hoje em 8% ao ano. O volume de recursos, que soma R\$ 700 milhões na atual safra, também deve ser bastante ampliado e os juros cairão proporcionalmente às taxas do crédito rural.

No novo plano, usado para balizar a decisão de plantio dos produtores, o governo deve anunciar também a redução nas faixas de limites individuais de crédito, agrupar várias culturas e elevar os pisos menores, especialmente para aves e suínos em regime de integração, a pelo menos R\$ 100 mil. Os programas de investimento administrados pelo BNDES sofrerão uma novo reagrupamento e também terão seus juros reduzidos - hoje estão entre 8,75% e 10,75%. No seguro rural, o governo deve aumentar alguns percentuais de subsídio ao prêmio das apólices e também os limites financeiros por atividade. O novo

plano deve conter, ainda, o lançamento antecipado dos instrumentos de garantia de preços, como contratos de opção e prêmios de escoamento (PEP e Pepro).

Antes de fechar os detalhes do novo plano, o governo tenta atender aos pedidos de renegociação das dívidas rurais antigas - e já roladas em 2006. Embora com pequenas divergências, Fazenda e Agricultura concordam em restringir os benefícios ao Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso e Goiás. E o foco será nos produtores de algodão, milho e soja. Algumas regiões do Rio Grande do Sul e parte das novas áreas de fronteira agrícola também poderiam ser incluídas. A pecuária, porém, não será contemplada. "O Plano de Safra está bem encaminhado, mas temos que resolver esse passivo das dívidas de forma urgente", diz o deputado Homero Pereira (PR-MT), vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Pelos cálculos do setor, haveria R\$ 14,4 bilhões em dívidas a vencer neste ano. No governo, o cálculo é bem mais cauteloso: R\$ 8 bilhões. Desse total, o grupo de trabalho do governo estima que, no máximo, R\$ 4 bilhões seriam passíveis de prorrogação.

Agricultor terá mais prazo para pagar dívidas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Produtores rurais ganharam mais tempo para pagar as dívidas com o governo. Decisão aprovada ontem em reunião extraordinária do CMN (Conselho Monetário Nacional) estabelece novos prazos com o objetivo de evitar prejuízos dos agricultores com as condições climáticas desfavoráveis que têm atrapalhado algumas regiões. Em nota divulgada no início da noite, o Ministério da Agricultura informou que o crédito para o custeio das safras 2004/5 e 2005/6, que deveria ser pago ainda neste ano, poderá ser repactuado para 2008. Conforme o ministério, os novos prazos vão seguir critérios relacionados à produção.

Renegociação de dívidas do Pronaf beneficiará 50 mil famílias no País – Sítio Eletrônico do MDA – 15/06/2007

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (14) prorrogação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiamentos de custeio e investimento. A Resolução do CMN deve beneficiar 50 mil famílias de agricultores familiares em todo o País. Conforme estimativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o equivalente a R\$ 50 milhões deve ser prorrogado devido a esta medida. Agricultores e agricultoras familiares enquadrados em todos os grupos do Pronaf poderão ser beneficiados.

As regras para os financiamentos para custeio - - Os contratos das safras 2004/2005 e 2005/2006 com vencimento previsto para 2007 poderão ser beneficiados com

a prorrogação de vencimento das parcelas. As parcelas vencidas desde 2/1/2007 ou a vencer até 31/7/2007 serão consideradas em situação normal. Seu vencimento será prorrogado até um ano após a data estipulada, no contrato atualmente em vigor, passando a ser a última prestação.

- Aquelas parcelas que estão para vencer a partir de 1º/8/2007 também poderão ser prorrogadas até um ano após o vencimento da última prestação que consta no contrato.
- Os beneficiários de financiamentos de custeio devem se dirigir ao banco onde o contrato foi assinado, já que a prorrogação não é automática. Haverá análise caso a caso.

As regras para os financiamentos para investimento

- Os contratos de investimento que estiveram em dia até 31/12/2006 contarão com novo prazo de pagamento das parcelas que venceram ou estão vencendo de 2/1/2007 a 30/8/2007. Esse novo prazo é 31/8/2007 – aos pagamentos feitos até essa data não será aplicada multa.

- A prorrogação será automática. Ou seja: o beneficiário do Pronaf não precisa dirigir-se à agência bancária para pedir a prorrogação.

Crédito para cafeicultor – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007

O Ministério da Agricultura liberou mais R\$ 30 milhões para o custeio e colheita do café da safra 2007/08. Os recursos foram destinados ao Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), a uma taxa de juros de 9,5% ao ano, com prazo de carência de 180 dias. O limite é de R\$ 200 mil, sendo R\$ 1.440 por hectare.

Alongamento de dívidas – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/06/2007

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem (dia 14) a prorrogação, para 31 de agosto, do prazo para pagamento das dívidas de investimento e custeio agrícola referentes à safra 2006/07. O pagamento de dívidas das safras 2004/05 e 2005/06, que já havia sido prorrogado antes e com vencimento em 2007, poderá ser repactuado para o ano seguinte, após a data da última parcela, desde que a situação do contratante seja analisada previamente.

Alívio – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007

As medidas adotadas pelo Banco Central, prorrogando o pagamento das parcelas das dívidas dos agricultores, poderão equacionar a situação dos afetados pelas perdas ocorridas nos últimos três anos, por conta de ferrugem asiática, seca, custos, preços e dólar. A avaliação é do Banco do Brasil.

Sem 2006/07 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 16/06/2007

Mas o BB não vê necessidade de prorrogação dos custeios da safra 2006/7, quando a produção foi suficiente para o resgate dos compromissos. O BC autorizou a prorrogação para 31 de julho -prazo que pode ser ampliado- das parcelas de 2007 das operações de custeio das safras 2004/5 e 2005/6, prorrogadas em 2005 e 2006.

Prorrogação de dívida pode ser de R\$ 10 bi, afirma CNA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/06/2007

Governo diz que ainda está "calculando" custo de medida autorizada pelo CMN

Benefício atinge empréstimos para custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já agraciadas com outras prorrogações

O montante de dívida dos agricultores que poderá ser objeto de prorrogação por parte do governo pode chegar a R\$ 10 bilhões, segundo estimativa da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Ela inclui empréstimos para custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já objeto de outras prorrogações, e o montante tomado pelos agricultores para investimentos -como compra de máquinas agrícolas.

O governo informou que ainda não tem números oficiais sobre o total prorrogado. "Ainda estamos calculando", informou Wilson Araújo Vaz, diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura. A medida foi autorizada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) na quinta-feira.

O novo prazo para quitar dívidas envolvendo operações de investimento é 31 de agosto deste ano para produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. Isso significa, em média, uma prorrogação de aproximadamente dois meses, já que a maior parte das prestações tinha vencimento concentrado no dia 15 de junho.

Nesse prazo de carência, segundo explicou Araújo Vaz, o produtor que não pagar as parcelas da dívida não será declarado inadimplente e não terá que pagar encargos de devedor. A dívida, no entanto, será corrigida pelos juros normais do contrato. Nos financiamentos para investimento, os juros variam de acordo com a linha.

Para o custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006 poderá haver repactuação para o ano seguinte após a data de vencimento da última parcela. No caso das dívidas contraídas para custeio da safra, a prorrogação não é automática e dependerá de análise prévia. Assim como para os financiamentos de investimento, o produtor não será declarado inadimplente nem arcará com encargos de devedor, mas a dívida também será corrigida de acordo com os juros do contrato. Os empréstimos de custeio têm taxa de 8,75% ao ano. O governo já considera que a prorrogação de prazo poderá não ser suficiente e tentará, nos

próximos dois meses, negociar uma outra solução para que os agricultores possam ter condições de pagar os débitos.

Os motivos que levaram à incapacidade de pagamento são diferentes para as dívidas de custeio e para as de investimento. O que explica, diz a CNA, a incapacidade de pagar o tomado para custeio é a seca que afetou mais os produtores de grãos em 2004/ 2005. Na dívida para investimento houve perda de rentabilidade dos produtores. Apesar do aumento da safra e dos preços no mercado internacional, os custos (como adubos e fertilizantes) teriam subido mais.

Governo concentra crédito da agricultura familiar – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – Agrofolha – 19/06/2007

47% do financiamento vai para soja e milho, apesar da busca por diversificação - Sindicalistas e ministro do Desenvolvimento Agrário vêm "contradição" no Pronaf e defendem mudanças na atuação

Créditos altos, inadimplência baixa, prioridade diante da reforma agrária e simpatia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos esses aspectos positivos, porém, não impedem que a agricultura familiar viva hoje uma "contradição" da monocultura que incomoda tanto as entidades de trabalhadores rurais como o próprio governo. Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário revela que as culturas do milho e da soja, juntas, representam 47% de todo o financiamento de custeio das linhas do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Na safra 2005/2006, por exemplo, dos R\$ 3,3 bilhões financiados em custeio, R\$ 1 bilhão foram aplicados em milho e R\$ 492 milhões, em soja.

O mesmo levantamento revela ainda que, dos 902,7 mil contratos fechados no período (julho de 2005 a junho de 2006), 427,5 mil estão justamente nos plantios de milho (326,4 mil) e soja (101,1 mil).

O milho está espalhado por todo o país, enquanto a soja aparece mais concentrada no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Tanto no número de contratos como no valor financiado de custeio, a concentração do milho e da soja é de 47% -distante, portanto, do discurso de "diversificação" da agricultura familiar apontada pelo governo e esperada pelos movimentos e entidades do campo.

"Sem dúvida há uma contradição no Pronaf", disse o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Segundo ele, para tentar reverter esse quadro, o governo estuda uma forma de "liberar" 30% dos créditos para outras culturas. Por exemplo: um crédito de custeio de R\$ 5.000 para milho teria R\$ 1.500

obrigatoriamente reservados a outras culturas, como mandioca e tomate. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 terá R\$ 12 bilhões para linhas de custeio e investimento -alta de 420% sobre os R\$ 2,3 bilhões da safra 2002/2003, no governo FHC. Em geral, a agricultura familiar representa pequenos proprietários, o que, na prática, impede que seus créditos sejam destinados à cana-de-açúcar, vedete do agronegócio. Nas linhas de custeio do Pronaf, a cana tem 0,84% dos contratos e 0,78% do volume financiado. Dados do governo federal mostram que a agricultura familiar representa 34,5% de toda a produção agrícola nacional. Algumas culturas aparecem acima dessa média, como milho (44,3%) e fumo (95,9%). Na soja, são 27,8% da produção.

Para Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o agricultor possui alguns "atrativos" para se manter em culturas tradicionais, como milho, soja e café.

"A assistência técnica, por exemplo, está bitolada nisso. Há também outros atrativos, como créditos específicos, pesquisas direcionadas e garantia de preços. É preciso esses mesmos atrativos em outras culturas, principalmente assistência técnica direcionada", disse.

Somadas, feijão, arroz, tomate e mandioca representam 13% do volume total e 16% dos contratos de custeio do Pronaf. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os agricultores familiares são responsáveis por 10% do PIB. Na safra 2005/2006, em todas as linhas do Pronaf, foram fechados 1,9 milhão de contratos.

Altemir Tortelli, da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), diz que o governo precisa iniciar o quanto antes uma segunda etapa na área.

"Já houve uma democratização do acesso ao crédito, com acesso aos bancos e subsídios, uma conquista histórica. Agora é preciso qualificar o crédito, para induzir, estimular e criar condições mais favoráveis."

Governo vai mudar regras de linhas do Pronaf – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2007

Sob determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alega uma dificuldade de entendimento dos lavradores, o governo federal vai acabar com a chamada "sopa de letrinhas" dos grupos do Pronaf e permitir que os agricultores não fiquem engessados a determinados limites de crédito.

A partir de janeiro, em meio ao Plano Safra 2007/ 2008, as linhas A, B, C, D e E vão trocar de nome. O "Pronaf A", por exemplo, destinado à estruturação dos assentamentos, levará o nome de "grupo de crédito da reforma agrária". Já o "B" deve ser chamado de "microcrédito do produtor rural".

Segundo o governo, 44% dos agricultores nordestinos que acessam o Pronaf B (linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural) são analfabetos. Isso, na visão do presidente Lula, justifica esse tipo de simplificação. Um cruzamento de dados do governo mostra que a maioria dos beneficiários do Pronaf B, no Nordeste, também é atendida pelo programa Bolsa Família.

As mudanças no Pronaf, porém, não vão se resumir ao fim da "sopa de letrinhas". A fusão dos grupos C, D e E vai permitir, por exemplo, que um agricultor com renda bruta anual entre R\$ 3.000 e R\$ 16 mil, hoje engessado a créditos de custeio de no máximo R\$ 4.000, busque com o gerente do banco de seu município um financiamento de até R\$ 30 mil -hoje restrito aos beneficiários do Pronaf E. A união dos grupos C, D, e E deve resultar na modalidade "crédito de agricultura familiar".

Em geral, todas as novas linhas terão limites mais altos para crédito e ainda juros anuais mais baixos. **(ES)**

Juros do crédito rural podem cair para até 6,5% - Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/06/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal vai anunciar até terça-feira a nova taxa de juros para o crédito rural, fixada em 8,75% desde 2002. Segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, há expectativa de que o índice seja de 6,5% a 7%. "O governo já tomou a decisão de que vai baixar o juro, o que está se discutindo é qual é o nível em que isso vai acontecer", disse Stephanes.

A declaração foi dada depois de um café da manhã entre o ministro e as bancadas ruralistas da Câmara e do Senado que representam o Paraná, seu Estado, na sede da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), em Brasília.

Stephanes evitou se comprometer com índices específicos para a nova taxa de juros do crédito rural porque o tema ainda estaria em discussão.

Em seguida, indagado sobre as taxas com que o governo trabalha, o ministro divulgou que a "expectativa varia de 6,5% a 7%, dependendo dos atores", e que há esperança de um corte maior.

A Federação de Agricultura do Paraná mostrou que em 2002 os juros agrícolas eram de 8,75%, e a Selic, 18,22%. Hoje a Selic está em 12% e os juros não foram reduzidos. **(IURI DANTAS)**

Medida é tomada após a divulgação de propostas de corte de subsídios agrícolas dos Estados Unidos

Os ministros do G4 (Brasil, EUA, Índia e União Européia) decretaram ontem o mais completo blecaute informativo sobre a reunião que mantêm desde terça-feira, destinada a tirar da paralisia a Rodada Doha de negociações comerciais.

O blecaute foi provocado por um mal-entendido. Mike Johanns, secretário americano da Agricultura, culpou o chanceler brasileiro, Celso Amorim, pelo vazamento de informações a respeito do corte dos subsídios domésticos que os EUA dão a seus agricultores.

As hipóteses de corte (para US\$ 15 bilhões ou US\$ 17 bilhões, contra os US\$ 22 bilhões que eram ou ainda são a proposta original) foram apresentadas na terça por Susan Schwab, a negociadora-chefe dos EUA. Amorim repassou a queixa ao enviado da **Folha**: "Você me deixou em má situação. Como você coloca os comentários dela em seguida a afirmações minhas entre aspas, ficou a impressão de que fui eu que falei tudo". Na verdade nem foi Amorim quem deu as informações nem o texto da **Folha** dá essa impressão, até porque dois outros jornalistas brasileiros em Potsdam também as publicaram.

Numa sala com 38 pessoas (nove de cada delegação mais dois ministros de Agricultura, da UE e dos EUA), vazamentos ocorrem, por mais que tenha sido estabelecido que só ministros falariam, se quisessem, e assim mesmo com o compromisso de não tocar em números (as chaves da negociação).

Com o mal-entendido, o blecaute ampliou-se: nem os ministros foram liberados para falar ontem, o que acabou provocando cenas explícitas de jornalismo de adivinhação. O maior exemplo: Eckart Guth, o embaixador da União Européia em Genebra, teve a má idéia de falar ao celular no pátio do castelo Cecilienhof, local da reunião. É no pátio que os jornalistas aguardam as migalhas de informação.

Guth dizia ao celular que "alguns países-membros" estavam revoltados com a posição adotada por Peter Mandelson, o comissário europeu para o Comércio e, como tal, seu principal negociador. Sugeriu a seu interlocutor que os acalmasse. Com quem Guth falava e o motivo da revolta não se ouviu. Mas a **Folha** ouviu, sim, de participantes da negociação (não há blecaute perfeito) que Mandelson não fez ontem nenhum movimento diferente dos que vinha adotando.

Os europeus oferecem corte em tarifas agrícolas de até 70% para as mais altas desde que sejam autorizados a proteger produtos ditos sensíveis, com o que o corte, na prática, ficaria em 1/3 da oferta, em 24% (o Brasil pede 54%). E é possível que mesmo essa tímida oferta desagrade a países mais protecionistas, como a França.

A única exceção ao boicote aos jornalistas veio de Kamal Nath, o ministro indiano do Comércio, que deu a seguinte entrevista:

Pergunta - Como está o ambiente na negociação?

Nath - Muito bom.

Pergunta - Há progressos?

Nath - Sim, há progressos.

Pergunta - Em que área?

Nath - Em todas as áreas.

Novo Plano de Safra terá R\$ 58 bilhões - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007

O governo anuncia na próxima quarta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, a destinação de R\$ 58 bilhões para financiar as ações do setor agropecuário no próximo ano-safra 2007/08, que começa "oficialmente" no dia 1º de julho.

Principal reivindicação do setor, a redução dos juros do crédito rural, hoje em 8,75% ao ano, será atendida pelo governo. "Vamos anunciar um volume próximo de R\$ 58 bilhões e uma taxa de juros de 6,5%", informou ontem o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ao Valor.

Na atual safra 2007/08, que termina em 30 de junho, o governo ofereceu R\$ 50 bilhões ao setor. O Ministério da Fazenda ainda resiste a reduzir os juros e concorda com uma taxa de 7%. A questão pode ser arbitrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em reunião com lideranças e parlamentares ruralistas, Stephanes revelou as linhas gerais do novo Plano de Safra. O volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional também crescerão. Na safra atual, o sistema financeiro registra uma "sobra" de R\$ 2,5 bilhões na chamada exigibilidade rural, a parcela de 25% dos depósitos à vista que os bancos são obrigados a aplicar no crédito rural. Além disso, houve uma forte elevação de 25% nos depósitos desde julho de 2006. Boa parte desse excedente, estimado em R\$ 3 bilhões, reforçará os financiamentos a juros mais baixos.

O novo plano do governo para o setor também prevê uma elevação nos recursos para comercialização da safra. Serão destinados cerca de R\$ 2 bilhões para instrumentos de garantia de preços, como contratos de opções, prêmios de escoamento e equalização, além de aquisições diretas do produtor.

Os médios produtores, responsáveis por 20% da geração da riqueza no campo e por 19% da área total dos imóveis rurais do país, terão o "Novo Proger Rural". Haverá a ampliação da faixa de renda para atender a mais produtores. Hoje, para efeitos de enquadramento no Proger, o produtor precisa ter renda anual entre R\$ 80 mil e R\$ 240 mil - a maioria absoluta detém áreas entre 20 e 300 hectares. A medida também tem um fundo

político. Ao dar um tratamento diferenciado aos médios produtores, o governo "isola" o segmento da influência da bancada ruralista.

O novo Plano de Safra também aumentará os limites individuais de financiamento e os preços mínimos de alguns produtos. Os programas de investimento administrados pelo BNDES terão juros menores e serão novamente reagrupados para racionalizar o sistema.

O anúncio do Plano de Safra também embute as discussões sobre uma nova solução para o endividamento do setor. O governo federal está disposto a avançar nas medidas anunciadas na semana passada. As dívidas de custeio das temporadas 2004/05 e 2005/06, já repactuadas no ano passado, devem ser jogadas para o final dos contratos. Para isso, estuda-se um "pedágio" de correção dos débitos pela taxa Selic (12% ao ano). A medida, aplicada entre os dias 2 de janeiro e 30 de agosto, seria um sinal de diferenciação para inadimplentes. Os débitos de investimento teriam a aplicação da diferença dos juros originais e a atual TJLP (6%) sobre os saldos devedores. E isso seria descontado das parcelas anuais pagas pelos produtores.

Banco do Brasil estimula contratação de seguro rural – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 21/06/2007

Fiel à estratégia de estimular a proteção contra flutuações de preços agrícolas, o Banco do Brasil ampliará no próximo ano-safra 2007/2008, que começa em 1º de julho, o "hedge" contra problemas climáticos para todos os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. A medida, que complementarará o Plano de Safra do governo, será estendida aos produtores de arroz, algodão e trigo. A cobertura desse seguro rural também será elevada para percentuais acima da média de produtividade apurada pelo IBGE nos principais municípios produtores brasileiros.

A vinculação da concessão de financiamentos de custeio ao uso do seguro foi iniciada, em projeto-piloto na atual safra 2006/2007, apenas com produtores de soja e milho de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A iniciativa deu certo e o capital segurado chegou próximo a R\$ 1 bilhão.

Com as alterações, o Banco do Brasil estima elevar esse volume a R\$ 3,5 bilhões. "Tivemos muito êxito com essa medida. Foi uma nova fase do crédito rural. Por isso, vamos ampliar o seguro", informou o vice-presidente de Agronegócios e Governo do BB, Derci Alcântara, ao Valor.

Os Estados beneficiados com a medida são responsáveis por 90% da produção estimada de grãos, fibras e cereais do país - ou um volume de 117 milhões de toneladas. Hoje, o banco opera 350 mil contratos anuais. O seguro rural garantirá renda suficiente ao produtor para pagar os empréstimos de custeio da produção em caso de sinistros superiores a 50% de perda. O sistema do BB não autorizará operações sem o amparo dessa garantia adicional. A adesão ao seguro rural continuará a ser incentivada por meio de subsídios ao prêmio das apólices. O BB estima uma necessidade de R\$ 200 milhões à subvenção. O percentual varia de 30% a 60% do prêmio, de acordo com a cultura e a região de produção. O orçamento total para este ano soma, por enquanto, R\$ 99,5 milhões.

O Banco do Brasil também lançará, pela primeira vez, contratos de opção referenciadas em mercados futuros para milho, soja e café. Alcântara estima negócios de R\$ 500 milhões ao longo da próxima safra. Hoje, o BB atua nas bolsas de futuros por meio de corretoras. Com as opções, passará a travar os preços futuros ao conceder o crédito de custeio em suas próprias agências.

O BB estima elevar de 12 mil para 25 mil as operações de futuros neste ano. "A mudança será gradativa, mas evitará quedas bruscas de rentabilidade", diz Derci Alcântara. "Quando não tiver liquidez na BM&F, faremos na Bolsa de Chicago". O novo serviço seguirá as regras dos contratos de opção privada de pagar a diferença entre o preço fixado e cotação do dia do produto. Não haverá transação em mercadorias. Hoje, apenas o Ministério da Agricultura oferece a proteção. Por limitações orçamentárias, têm alcance um reduzido e localizado.

A aposta do BB no hedge rural via mercados futuros é alta. O banco já treinou 800 funcionários na área e comprou um software (roteador de ordens) que oferecerá os serviços diretamente ao produtor via internet.

A instituição também anunciou alterações nas regras do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), cujo tempo médio de liberação de recursos deve cair de 93 para 30 dias neste ano-safra. Derci Alcântara estima emprestar R\$ 1,2 bilhão no período - em 2006/2007, foram R\$ 746 milhões. "Vamos ter uma área especializada aqui em Brasília para analisar os pedidos dos produtores", informou Alcântara. Segundo Alcântara, isso "agilizará" os procedimentos. (MZ)

Crédito do BB para o campo deve crescer 20% em 2007/08 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/06/2007

Em meio a um cenário de recuperação do crédito e de redução das taxas de juros, o Banco do Brasil se prepara para aumentar em até 20% o volume de financiamentos ao setor rural ao longo do ano-safra 2007/08, que começa em 1º de julho. O acréscimo na oferta está estimado em R\$ 6 bilhões na próxima temporada.

O banco aposta no crescimento dos depósitos à vista no sistema financeiro e no fim das restrições cadastrais dos produtores para elevar de 58% para 60% sua fatia no total de crédito rural do país. "Vamos voltar a aplicar mais recursos no setor porque houve uma melhora no cenário. O governo sinaliza que vai baixar os juros, lançar novas medidas de apoio e também buscar uma solução para o endividamento do setor", afirma o vice-presidente de Agronegócios e Governo do BB, Derci Alcântara.

Na atual safra 2006/07, que termina em 30 de junho, houve uma elevação de 25% nos depósitos à vista. Isso beneficia a concessão de crédito a juros mais baratos aos produtores, já que os bancos são obrigados a emprestar 25% desse total no setor rural. A instituição, que lidera o mercado de crédito rural no país, tem uma carteira de crédito superior a R\$ 50 bilhões no agronegócio. A agricultura familiar tem realçado sua importância nesse total em função da elevação dos tetos de enquadramento dos produtores, o que levou o banco a realizar mais de um milhão de operações com o segmento.

De olho no futuro, o BB já faz as contas sobre o desempenho de sua carteira rural na atual safra. Somados os recursos estimados e os refinanciamentos autorizados pelo governo em 2006, o banco emprestou um total de R\$ 33,9 bilhões até a semana passada. O Plano de Safra 2006/07 previa R\$ 33 bilhões - na temporada 2005/06, o BB desembolsou R\$ 27 bilhões. Como faltam alguns dias para o fim do ano-safra, o BB estima ultrapassar com folga a marca dos R\$ 34 bilhões. "O mais importante disso é que cerca de 90% dos recursos foram contratados a juros controlados", diz Alcântara.

O resumo dos desembolsos efetuados pelo BB mostram que foram financiados R\$ 28,11 bilhões para a chamada agricultura empresarial e R\$ 5,81 bilhões para os produtores familiares. Na safra 2005/06, os volumes somaram R\$ 21,87 bilhões na linha empresarial e

R\$ 5,11 bilhões na familiar. O balanço parcial permite ver que o Banco do Brasil refinanciou R\$ 5,81 bilhões no ciclo 2006/07 - R\$ 5,63 bilhões na empresarial e R\$ 183 milhões na familiar.

Os números demonstram que o foco principal do BB continua nas operações de custeio da safra. Foram R\$ 14,02 bilhões de recursos novos e R\$ 4,09 bilhões em refinanciamentos, somando R\$ 18,12 bilhões no total - na safra anterior, o total havia chegado a R\$ 15,72 bilhões. Os contratos de investimentos da atual safra somaram R\$ 5,22 bilhões, dos quais R\$ 1,72 bilhão foram repactuados dentro das regras definidas no pacote do governo em 2006. Na safra 2005/06, o total somou R\$ 3,73 bilhões. O apoio à comercialização da safra, um dos principais gargalos do setor, chegou a R\$ 10,58 bilhões na temporada, superando o orçamento inicial de R\$ 5,54 bilhões e a aplicação de R\$ 7,54 bilhões da safra anterior.

Presidente lança nesta quarta-feira (27) o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 – MDA – 26/06/2007

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança nesta quarta-feira (27) no Palácio do Planalto, em Brasília, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008. Na próxima safra, serão disponibilizados R\$ 12 bilhões aos agricultores e agricultoras familiares de todo o País. É um aumento de 20% em relação à safra 2006/2007. A cerimônia começa às 11h30.

No evento, que contará com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, serão divulgados a redução da taxa de juros e o aumento de tetos de financiamento e de renda bruta anual para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outras medidas de incentivo à qualificação no campo e à comercialização, como a ampliação da assistência técnica e dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Lula lança hoje plano de safra com sobra de recursos de 2006 – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/06/2007

Em cerimônia que deve reunir centenas de trabalhadores rurais no Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança hoje o Plano Safra 2007/8 da agricultura familiar com sobra em caixa de R\$ 1,5 bilhão do pacote lançado no ano passado.

Dos R\$ 10 bilhões disponibilizados para créditos na safra passada (2006/7), os agricultores familiares captaram R\$ 8,5 bilhões, deixando o restante parado nos bancos. "Por conta de uma safra ruim, houve uma reação conservadora dos bancos, segurando mais os créditos aos agricultores", disse Adoniram Peraci, secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com linhas aos assentados da reforma agrária, de combate à pobreza rural e de incentivo à agricultura familiar, o plano 2007/8 terá R\$ 12 bilhões para linhas de custeio e de investimento

O valor representa crescimento de 420% em relação aos R\$ 2,3 bilhões colocados na safra 2002/3, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso.

LEILÃO DE CAFÉ – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 27/06/2007

A Conab realiza hoje o primeiro leilão de Peppo para café arábica, instrumento de garantia de preço de referência para o produtor. É uma subvenção concedida ao produtor ou cooperativa. O preço de referência é de R\$ 300 por saca e o valor do prêmio arrematado no leilão, de R\$ 40.

LULA E STEPHANES LANÇAM PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do Mapa – 27/06/2007

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lançam amanhã (28/06), às 9h, no Palácio do Planalto, o Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008, que define recursos para custeio, investimento e comercialização da próxima safra, além das taxas de juros do crédito rural. O plano detalha ainda mudanças no Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), expansão dos títulos privados do agronegócio, aumento dos preços mínimos de produtos agrícolas em nível nacional e regional e avanços na implementação do seguro rural, entre outros pontos. A solenidade será no Salão Nobre do Palácio do Planalto.

Plano Safra 2007/2008 investirá R\$ 12 bilhões na agricultura familiar – MDA – 27/06/2007

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, lançado nesta quarta-feira (27) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, alcança novo recorde: R\$ 12 bilhões disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nas diversas linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Serão R\$ 2 bilhões a mais do que o previsto na safra 2006/2007 e cerca de 2,2 milhões de famílias acessando o crédito rural do Pronaf.

“O Plano Safra da Agricultura Familiar deste ano é uma conquista extraordinária de vocês, trabalhadores. O que tenho visto são trabalhadores da indústria voltando para o campo por causa do crédito, por causa do Luz para Todos, por causa da compra (direta) de alimentos”, ressaltou o presidente, na cerimônia realizada nesta manhã no Palácio do

Planalto, em Brasília, diante de uma platéia formada por representantes de movimentos sociais e de parlamentares.

Esse aumento de recursos justifica-se pela crescente importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do País. Ao todo, são aproximadamente 4,1 milhões de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, comunidades quilombolas e indígenas produzindo, gerando renda e respondendo por 77% das ocupações produtivas e empregos no campo.

A agricultura familiar representa hoje 85% do total de estabelecimentos rurais. A melhoria de vida dessas famílias é condição para o desenvolvimento sustentado, pois elas são responsáveis por 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e pela matéria-prima para muitas indústrias. Além disso, contribuem com o esforço exportador a partir de várias cadeias de produção de que participam, representando cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 reúne uma série de medidas, como a redução nos juros dos financiamentos do Pronaf, o aumento de recursos para a assistência técnica e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como forma de qualificar a produção e impulsionar entre os agricultores familiares a adesão a tecnologias ambientalmente sustentáveis. Por isso, o MDA também criou uma nova linha de crédito, o Pronaf ECO.

“Este é um conjunto de medidas que nos fazem afirmar, sem nenhum temor, que este é o maior e mais completo Plano da Agricultura Familiar em todos os tempos. É o maior pelo volume de recursos, um recorde absoluto, pela taxa de juros, que nunca foi tão baixa, e porque é capaz de agregar mais de dois milhões de famílias que temos no programa hoje. E é o mais completo porque, pela primeira vez, junto com o crédito temos um leque de políticas públicas que cobre todo o âmbito da agricultura familiar: seguro, assistência técnica, comercialização, agroindústria e desenvolvimento territorial”, enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Também participaram do lançamento o vice-presidente da República, José Alencar, os ministros da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e os presidentes do Banco do Brasil (BB), Antônio Francisco de Lima Neto, do Banco da Amazônia (Basa), Abdias José de Souza Júnior, e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, estiveram presentes.

Na cerimônia, ainda foram assinados termos de cooperação para incentivar a assistência técnica e extensão rural e a cadeia do leite.

Taxas de juros menores

Além do aumento de recursos, o Plano Safra 2007/2008 traz outros avanços em relação ao anterior. Na safra 2006/2007, os juros das linhas de crédito do Pronaf ficaram entre 1% e 7,25% ao ano. Na safra 2007/2008, os juros serão mais baixos, variando de 0,5% até 5,5% ao ano e beneficiando especialmente as famílias de mais baixa renda.

Grupo/modalidade	Juros safra 2006/07	Juros safra 2007/08	Índice de redução
Grupo A investimento	1,15%	0,5%	56%
Grupo B investimento	1%	0,5%	50%
Grupo C custeio	4%	3%	25%
Grupo C investimento	3%	2%	33%
Grupo D custeio	4%	3%	25%
Grupo D investimento	3%	2%	33%
Grupo E custeio e investimento	7,25%	5,5%	24%

Ampliação dos limites de financiamento

Há alteração do teto de financiamento de custeio dos Grupos A/C, C e D do Pronaf. Essa medida deve garantir futuras lavouras com máximo potencial produtivo e com menor risco de perdas, caso ocorram problemas climáticos como a seca, o excesso de chuvas ou outros eventos desfavoráveis. Os aumentos dos limites de financiamento de custeio serão os seguintes:

Grupo A/C – de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.500,00

Grupo C – de R\$ 4.000,00 para R\$ 5.000,00

Grupo D – de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00

No Grupo E, o teto permanece em R\$ 28.000,00

Aumento dos limites de renda

Outro avanço do Plano Safra 2007/2008 é a ampliação dos limites de renda para enquadramento dos agricultores familiares no Pronaf. A partir de agora, a renda bruta anual familiar de enquadramento passa de:

Grupo B – de até R\$ 3.000,00 para até R\$ 4.000,00

Grupo C – de R\$ 16.000,00 para R\$ 18.000,00

Grupo D – de R\$ 45.000,00 para R\$ 50.000,00

Grupo E – de R\$ 80.000,00 para R\$ 110.000,00

Ampliação dos serviços de assistência técnica

Na safra 2007/2008, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (Dater/SAF/MDA) apoiará as organizações governamentais e não-governamentais que estimulem a estruturação e a atuação em rede e potencializem os recursos disponíveis, ampliando a oferta de assistência técnica e extensão rural.

Serão ampliadas as parcerias com os governos estaduais e, ainda, aperfeiçoadas as relações com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não-estatais. A prioridade será a ampliação dos serviços de ATER para os beneficiários do Pronaf, qualificando o Grupo B e os créditos para investimento das demais linhas, atendendo pelo menos dois milhões de agricultores e agricultoras familiares.

Para isso, há um montante de R\$ 168 milhões, que será utilizado proporcionalmente nos estados, capacitando 20 mil técnicos das instituições parceiras para atuar desde a divulgação do Plano Safra até a organização de arranjos produtivos nos estados e regiões.

Linha Pronaf ECO - A partir da safra 2007/2008, as famílias agricultoras dos Grupos C, D ou E do Pronaf poderão contar com recursos para investimentos destinados à implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável (como o uso da energia

solar, eólica, biomassa, miniusinas para biocombustíveis) e a substituição da tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

Também poderão ser financiadas tecnologias ambientais (como estação de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem), armazenamento hídrico (como o uso de cisternas, barragens, barragens subterrâneas, caixas d'água e outras estruturas de armazenamento e distribuição), instalação e ligação de água ou ainda pequenos aproveitamentos hidroenergéticos.

A nova linha permite o financiamento da silvicultura, isto é, atividades florestais utilizadas para a produção madeireira e não-madeireira. A linha apresenta juros de 2% ao ano para famílias agricultoras dos Grupos C e D e de 5,5% ao ano para as do Grupo E, com até oito anos de carência. O prazo de pagamento pode chegar até oito anos, caso a atividade exija. Os limites de financiamento irão variar conforme o grupo do Pronaf e os recursos podem ser acessados de forma individual, coletiva ou em grupo.

Cadeias de combustíveis renováveis

Além de fortalecer o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o MDA amplia o apoio aos agricultores familiares que atuam no setor de combustíveis renováveis. Serão mais de R\$ 10 milhões para essa finalidade. Os agricultores familiares também poderão financiar o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol.

A ação visa inserir a agricultura familiar em um dos setores agrícolas mais importantes para o País, além de contribuir para a redução do nível de poluentes na atmosfera e, conseqüentemente, do aquecimento global do planeta.

Financiamento das atividades florestais

A linha do Pronaf Floresta passa a financiar – além dos sistemas agroflorestais e do extrativismo ecologicamente sustentável – o manejo florestal e o plano de manejo. Os recursos do crédito da linha poderão ser aplicados em projetos que prevêm a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e a recuperação de áreas degradadas.

Mais crédito para diversificação

As famílias agricultoras que contratarem financiamento de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra poderão solicitar um valor adicional de recursos de 20% para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

Será possível, ainda, o financiamento de atividades que geram renda e que não estão incluídas normalmente entre as que recebem financiamentos do Pronaf. Os agricultores poderão ampliar e diversificar as atividades, investindo em artesanato, na produção de alimentos de consumo local, na criação de pequenos animais, no cultivo de plantas aromáticas e de uso medicinal, por exemplo. Além disso, as famílias do Grupo E do Pronaf passarão a acessar a linha Pronaf Agroecologia.

Promoção da inclusão digital

A partir da safra 2007/2008, sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade e ficar comprovado o retorno financeiro e a capacidade de pagamento do empreendimento financiado, as famílias agricultoras poderão obter financiamento para a aquisição de computadores e programas de informática.

Maior apoio aos produtores de leite cooperativados

As cooperativas centrais ou singulares que comprovarem ao agente financeiro (mediante apresentação do balanço anual do ano anterior ao pedido de financiamento) que

pelo menos 51% das receitas foram obtidas do processamento de leite e derivados, e comprovarem que têm no mínimo 70% de seus participantes ativos como famílias agricultoras enquadradas no Pronaf, poderão acessar as linhas de crédito do Pronaf Agroindústria e de Custeio das Agroindústrias Familiares.

Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

Na Safra 2007/2008, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) vai ampliar o número de produtos atendidos, permitindo, assim, que produtos regionais tenham uma maior participação. O programa garante a cada família um bônus sobre o saldo devedor do crédito do Pronaf no valor de até R\$ 3.500,00 por ano.

Mais recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos

O novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 contará com mais de R\$ 550 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo o MDA responsável pela execução de parte de suas modalidades e parte dos recursos, que chegarão nessa safra a superar os R\$ 100 milhões (no MDA). A ação engloba também recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ampliação da faixa etária do Pronaf Jovem

No Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, foram agregadas diretrizes da Secretaria Nacional da Juventude nas normas do crédito rural do Pronaf. Assim, a faixa etária do Pronaf Jovem passa a se adequar ao que foi adotado pelo conjunto das políticas de juventude do País. Agora, no Pronaf, quem possui idade entre 16 e 29 anos poderá acessar os financiamentos. Até a safra passada, a idade limite era 25 anos.

Mais facilidade no acesso ao Pronaf Mulher

As mulheres assentadas da reforma agrária e beneficiárias do crédito fundiário poderão acessar o Pronaf Mulher não apenas a partir da liquidação prévia de uma operação do Pronaf A/C, mas também a partir do pagamento de uma parcela da linha Pronaf A. Assim, mais mulheres deverão acessar a linha Pronaf Mulher, recebendo apoio e fortalecendo as suas atividades produtivas.

Plano para a agricultura familiar terá mais crédito e juros menores - Mauro Zanatta

27/06/2007

Cercado de todas as facilidades para evitar impactos sobre a renda do produtor, o novo plano de ações do governo para apoiar a agricultura familiar no ano-safra 2007/08 será lançado hoje com uma redução média de 34% nos juros das principais linhas de financiamento. O piso das taxas cairá de 1,15% para 0,5% ao ano. E o teto, de 7,25% para 5,5%.

Com a política de descontos adotada pelo governo para a quitação dos débitos em dia, a queda dos juros será ainda mais significativa, sobretudo para assentados da reforma agrária (grupo A), cuja taxa anual cairá até 0,27%, e para produtores com renda bruta anual máxima de R\$ 4 mil (grupo B), que pagariam um juro de 0,75%.

"É o maior e mais completo plano de safra para a agricultura familiar. Tem crédito, assistência técnica, seguro rural e incentivo à agroindústria", comemora o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. "O Pronaf talvez seja o melhor sistema do

mundo". No total, o Programa Nacional da Agricultura Familiar atende a 2,2 milhões de famílias.

O volume de recursos a juros subsidiados pelo Tesouro Nacional somará R\$ 12 bilhões, ou 20% acima dos R\$ 10 bilhões da atual safra 2006/07, que termina oficialmente no próximo sábado. A elevação foi favorecida pelo aumento dos depósitos à vista nos bancos, o que garantirá mais recursos baratos ao Pronaf - 8% das chamadas exigibilidades bancárias são de obrigatória aplicação no segmento.

A dimensão do Pronaf também começa a mudar com o novo plano do governo ao incluir crédito adicional para a diversificação das propriedades, a indução de práticas sustentáveis e de uso da informática e à geração de alternativas energéticas. O porte dos produtores está crescendo. Por isso, aumentam os limites individuais de crédito de custeio. O intervalo passa de R\$ 3 mil a R\$ 8 mil para R\$ 3,5 mil a R\$ 10 mil.

As alterações no programa também incluem a criação do Pronaf Diversificação, que dará crédito adicional de 30% sobre o limite individual para incentivar o plantio de novas culturas nas áreas. O Pronaf Eco dará sustentação a projetos de utilização de energias renováveis (eólica, solar, biodigestores e biodiesel) nas propriedades e ao tratamento de dejetos de suínos, construção de reservatórios de água e introdução da silvicultura. Haverá, ainda, a linha Pronaf Informática

O novo Plano de Safra também ampliará a lista de produtos garantidos pelo seguro de preços, que banca a diferença entre cotações de mercado e um determinado piso. Produtos regionais ganham maior participação e cada família terá bônus anual de R\$ 3,5 mil sobre o saldo devedor do crédito do Pronaf. O instrumento passará a cobrir arroz, feijão, milho, soja, mandioca, leite, tomate, café e castanha.

No seguro de crédito, as culturas com sistema de zoneamento agrícola passaram de oito para 23. "Até 2010, serão 36 culturas", afirma o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci. A garantia passa de 76% para 86% dos contratos de custeio.

Outra novidade recente, o foco na assistência técnica e na extensão rural será reforçado por um orçamento de R\$ 167 milhões - em 2003, eram R\$ 2,3 milhões. O plano estabelecerá, ainda, um orçamento de R\$ 400 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). "Em resumo, teremos mais crédito barato, com maior qualidade, renda e diversificação da produção", afirma Peraci.

Vantagens também para grande produtor – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2007

Em meio a intensas negociações de bastidores e cobranças políticas de todos os lados, o novo Plano de Safra da chamada agricultura empresarial deve ficar pronto hoje com um redução nos juros do crédito rural e o aumento do volume de recursos com taxas subsidiadas. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciará amanhã, no Palácio do Planalto, uma redução de 8,75% para 6,5% nos juros do crédito rural. O volume de crédito somará R\$ 58 bilhões.

Com forte influência da bancada ruralista do Congresso, o novo plano trará a garantia de R\$ 2,3 bilhões para instrumentos de aquisições diretas e outros R\$ 2,8 bilhões para garantia e sustentação de preços agrícolas. O novo Proger Rural terá o limite de renda para enquadramento ampliado de R\$ 100 mil para R\$ 220 mil. No total, os recursos para a

linha aumentarão de R\$ 700 milhões para R\$ 2,2 bilhões na próxima safra. Os limites individuais de financiamento também serão elevados e será promovido um novo reagrupamentos das linhas de crédito para investimento sob administração do BNDES.

Em decisão de ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou as alterações e também garantiu mais recursos ao novo plano com a permissão aos bancos para utilizar as "sobras" das exigibilidades, cerca de R\$ 3 bilhões, no próximo ciclo. A exigibilidade é a parcela de 25% sobre os depósitos à vista que os bancos são obrigados a emprestar ao setor. O CMN também ampliou o prazo para adesão ao programa de refinanciamento das dívidas dos produtores do Nordeste de 30 de março para 30 de setembro deste ano.

GOVERNO QUER DEFINIR CRITÉRIOS PARA RENEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PRODUTORES ATÉ O PRÓXIMO MÊS – Agnes Melo - Site Eletrônico do MAPA – 28/06/2007

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, afirmou hoje (28/06) que até o dia 13 de julho o Grupo de Trabalho interministerial criado para propor medidas para solucionar o endividamento agrícola terá definido os critérios para enquadramento dos produtores na renegociação. “Nossa intenção é não prejudicar a contratação de novos financiamentos para a próxima safra”, disse Stephanes durante coletiva à imprensa, após o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 no Palácio do Planalto.

O governo aprovou a adoção de efeito suspensivo, até o dia 31 de agosto de 2007, das parcelas das dívidas de investimento vencidas e não pagas ou a vencer até 30 de agosto de 2007, para produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. A estimativa é que o endividamento seja da ordem de R\$ 130 bilhões. As parcelas de custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já prorrogadas e com vencimento em 2007, também foram prorrogadas para 12 meses após o vencimento do contrato.

Segundo Stephanes, os critérios serão diferentes por região e por produto. “O custo de escoamento da produção do Centro-Oeste é muito maior do que em outras regiões do país, por essa razão vamos estabelecer critérios distintos de renegociação das dívidas”. A expectativa do ministro é de que em quatro ou cinco anos seja criada uma política anticíclica para solucionar o problema do endividamento.

Ao comentar sobre a criação do Fundo de Catástrofe, Stephanes lembrou que no momento em que as seguradoras iriam entrar no mercado do seguro rural houve duas frustrações de safras (2004/2005 e 2005/2006). “Naquela ocasião, as seguradoras se retraíram. Agora vai ser criado um novo mercado, mais tranquilo e com recursos financeiros garantidos”.

Sobre a intensificação do apoio ao médio produtor, o ministro reafirmou a importância da queda nos juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), de 8% para 6,25%, e da ampliação dos recursos de R\$ 700 milhões para R\$ 2.2 bilhões. “No setor cooperativista, entre 70% a 80% dos produtores são de médio porte, o que significa uma fatia importante do agronegócio”.

Stephanes explicou que haverá “sobras” de recursos do crédito rural programado para a safra 2006/2007, que foi de R\$ 50 bilhões. A estimativa é de que, deste total, sejam aplicados R\$ 45 bilhões. As sobras devem-se à inadimplência e à ausência de garantias dos

produtores aos bancos. “Mas na medida em que a questão do endividamento seja resolvida, os bancos vão liberando as garantias”.

Logística – Questionado sobre a logística para o escoamento da safra, o ministro disse que o governo já decidiu que não vai resolver o problema de infra-estrutura com política agrícola. “Vamos chamar a recém-criada Secretaria Nacional de Portos, a Agência Nacional de Transportes, os ministérios dos Transportes, da Fazenda e a Casa Civil para elaborar um projeto decisivo”, garantiu.

Stephanes afirmou que vários estudos de logística e infra-estrutura estão finalizados. “O que não existe, ainda, é um projeto pronto para executar. Temos estudos que apontam o que é preciso fazer no Centro-Oeste, como o asfaltamento das BRs 158 e 163, por exemplo”. Os recursos para execução desse projeto, segundo o ministro, estão previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). (Agnes Melo)

MAIS RECURSOS E QUEDA DE JUROS NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/06/2007

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lançaram hoje (28/06), durante solenidade no Palácio do Planalto, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), cujas principais definições são a redução de juros e o aumento do volume de crédito para investimento, custeio e comercialização da safra 2007/2008.

Crédito - O valor do crédito rural destinado à agricultura empresarial é de R\$ 58 bilhões, um acréscimo de 16% em relação à safra anterior. Destes, R\$ 49,1 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 8,9 bilhões para os programas de investimento.

Juros – A taxa anual de juros controlada, em vigor desde julho de 1998, foi reduzida de 8,75 para 6,75%, compensando, assim, o aumento real dessa taxa decorrente da queda da inflação. A nova taxa anunciada nesta quinta-feira representa uma diminuição de 22,9% nos custos destes financiamentos para o produtor rural. O total de recursos com taxas de juros controladas será de R\$ 36,45 bilhões, um acréscimo de 21% em relação ao programado para a safra anterior.

Financiamentos - Além do aumento de recursos e queda de taxa de juros, o PAP 2007/2008 ampliou os limites de financiamento de custeio, investimento e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, sorgo ou trigo e milho, o limite aumentou de R\$ 400 mil para R\$ 450 mil. O limite de financiamento para pecuária bovina e bubalina, leiteira ou de corte, foi ampliado de R\$ 140 mil para R\$ 150 mil. Para avicultura e suinocultura exploradas em sistemas que não o de parceria, o limite aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 150 mil. No caso de investimentos, demais custeios ou comercialização os limites subiram de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil.

Investimento – Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais, contarão com um total de R\$ 8,9 bilhões, ante R\$ 8,6 bilhões na safra 2006/2007.

O número de programas de investimento com recursos do BNDES caiu de oito para seis, sendo que o Moderagro, Proderagro e Prodefruta foram consolidados num único programa, denominado Moderagro II, de forma a aprimorar sua operacionalização. O limite de crédito por operação no Moderagro II será de R\$ 600 mil. Os demais programas de

investimento são: Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Moderfrota, Prolapec, Proger-Investimento e Finame Agrícola Especial.

Proger Rural - Para fortalecer a média agricultura, o governo também baixou a taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) de 8% para 6,25% ao ano. Além disso, o volume de recursos foi ampliado de R\$ 700 milhões na safra anterior para R\$ 2,2 bilhões. Para enquadramento no programa da safra 2007/2008, o produtor deve ter uma renda bruta anual de até R\$ 220 mil, contra R\$ 100 mil definido na safra 2006/2007. O limite de crédito também foi ampliado de R\$ 48 mil para R\$ 100 mil por beneficiário, tanto para custeio quanto para investimento.

Comercialização – Em 2007 o governo fará leilões de equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2008, a preços estabelecidos com base em estimativas do custo variável.

Preços Mínimos – Para produtos amparados por Aquisições do Governo Federal (AGF) e EGF, o PAP 2007/2008 contempla aumento dos preços mínimos vigentes, em nível regional e nacional, para diversos produtos.

Títulos Privados – Considerando o papel estratégico dos títulos do agronegócio, o governo continuará empenhando no fortalecimento do sistema privado de financiamento do agronegócio. As operações realizadas com os três principais títulos privados de crédito já movimentaram um valor estimado em R\$ 6,7 bilhões. A dupla dos títulos Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA), emitidos simultaneamente e lastreados em mercadorias depositadas em armazéns, movimentou R\$ 4,5 bilhões. Os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) movimentaram R\$ 1,55 bilhão e R\$ 746 milhões, respectivamente. Estes dois títulos são lastreados em recebíveis, com vencimento futuro.

Seguro Rural – O governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural, de R\$ 31,1 milhões em 2006 para R\$ 100 milhões em 2007. O objetivo é ampliar a abrangência do sistema brasileiro de seguro rural, atualmente da ordem de 2,4% da área plantada. Dificuldades estruturais relacionadas com o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o monopólio do mercado de resseguros, recentemente eliminado, aliado à falta de tradição do produtor em contratar o seguro, são alguns dos entraves apontados pelo governo para a ‘fragilidade’ do sistema.

Fundo de Catástrofe - Como forma de superar as mencionadas restrições à expansão do seguro rural, o governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural e está encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que substitui o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe. Este terá suporte financeiro assegurado por meio de subvenção econômica anual do Ministério da Agricultura e garantia da União, em títulos do Tesouro Nacional a serem depositados em instituição financeira federal.

Infra-Estrutura – O governo está criando um Grupo de Trabalho para propor decisões referentes a infra-estrutura e logística, com o objetivo de fortalecer a participação da agricultura no Plano de Aceleração do Crescimento.

Endividamento Rural – O governo aprovou a adoção de efeito suspensivo, até 31 de agosto de 2007, das parcelas das dívidas de investimento vencidas e não pagas ou vincendas até 30 de agosto de 2007, para os produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. As parcelas de custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já prorrogadas e com vencimento em 2007, também foram beneficiadas com prorrogação para 12 meses após o vencimento do contrato. Conjugado a essas medidas, o governo criou um Grupo de

Trabalho interministerial composto por representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda, e integrado por parlamentares e assessores, com o objetivo de propor medidas que contribuam para equacionar o endividamento agrícola.

As medidas contidas no Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 reforçam o compromisso do governo Lula de apoiar o setor agropecuário, de modo a assegurar a continuidade de seu crescimento. A síntese do PAP está no site

MDA quer investir mais recursos na agricultura familiar nordestina – MDA – 28/06/2007

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, concedeu entrevista ao programa Bom Dia Ministro, da Rádio Nacional AM, na manhã desta quinta-feira (28). Durante uma hora de entrevista, rádios do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, dentre outros estados, puderam fazer perguntas ao vivo sobre temas relacionados à agricultura familiar e à reforma agrária.

Um dos destaques da entrevista foi a afirmação do ministro de que o MDA quer investir mais recursos na agricultura familiar em toda a região Nordeste. Ele contou que uma das preocupações centrais do Governo Lula sempre foi democratizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os recursos do Plano Safra.

“Eu me lembro como se fosse hoje, quando a gente assumiu o governo, a primeira recomendação do Presidente Lula foi que o Pronaf chegasse às regiões Norte e Nordeste”. Segundo Cassel, há quatro anos, 80% dos investimentos eram consumidos na região Sul do País, e hoje quase 50% de todos os recursos investidos estão no Nordeste, que conta com mais de 2 milhões de agricultores familiares.

O apoio dos governadores

O ministro contou que, nestes últimos dois meses, conversou com todos os governadores dos estados da região e que eles estão muito empenhados em trabalhar junto com o MDA e fazer planos conjuntos para a aplicação da assistência técnica, do Seguro Agrícola e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

“O fundamental é essa unidade entre o Ministério, os movimentos sociais, os governos dos estados e os municípios para que a gente possa fortalecer a agricultura familiar do Nordeste, que nunca foi vista como um agente importante do ponto de vista do desenvolvimento econômico para a região”, disse.

Recursos do FCO – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 28/06/2007

O Fundo Constitucional do Centro-oeste (FCO) aprovou ontem mais 60 cartas-consulta, 19 do ramo empresarial e 41 do rural. Os financiamentos somam R\$ 24,1 milhões, destinados a pequenas, médias e grandes empresas. Os projetos deverão gerar, no total, 690 empregos diretos e 240 indiretos. Na área rural, foram aprovados R\$ 13,3 milhões, para a geração de 90 empregos diretos.

MAIS RECURSOS E QUEDA DE JUROS NO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 28/06/2007

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lançaram hoje (28/06), durante solenidade no Palácio do Planalto, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), cujas principais definições são a redução de juros e o aumento do volume de crédito para investimento, custeio e comercialização da safra 2007/2008.

Crédito - O valor do crédito rural destinado à agricultura empresarial é de R\$ 58 bilhões, um acréscimo de 16% em relação à safra anterior. Destes, R\$ 49,1 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 8,9 bilhões para os programas de investimento.

Juros – A taxa anual de juros controlada, em vigor desde julho de 1998, foi reduzida de 8,75 para 6,75%, compensando, assim, o aumento real dessa taxa decorrente da queda da inflação. A nova taxa anunciada nesta quinta-feira representa uma diminuição de 22,9% nos custos destes financiamentos para o produtor rural. O total de recursos com taxas de juros controladas será de R\$ 36,45 bilhões, um acréscimo de 21% em relação ao programado para a safra anterior.

Financiamentos - Além do aumento de recursos e queda de taxa de juros, o PAP 2007/2008 ampliou os limites de financiamento de custeio, investimento e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Para lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, sorgo ou trigo e milho, o limite aumentou de R\$ 400 mil para R\$ 450 mil. O limite de financiamento para pecuária bovina e bubalina, leiteira ou de corte, foi ampliado de R\$ 140 mil para R\$ 150 mil. Para avicultura e suinocultura exploradas em sistemas que não o de parceria, o limite aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 150 mil. No caso de investimentos, demais custeios ou comercialização os limites subiram de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil.

Investimento – Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos Fundos Constitucionais, contarão com um total de R\$ 8,9 bilhões, ante R\$ 8,6 bilhões na safra 2006/2007.

O número de programas de investimento com recursos do BNDES caiu de oito para seis, sendo que o Moderagro, Proderagro e Prodefruta foram consolidados num único programa, denominado Moderagro II, de forma a aprimorar sua operacionalização. O limite de crédito por operação no Moderagro II será de R\$ 600 mil. Os demais programas de investimento são: Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Moderfrota, Prolapec, Proger-Investimento e Finame Agrícola Especial.

Proger Rural - Para fortalecer a média agricultura, o governo também baixou a taxa de juros do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) de 8% para 6,25% ao ano. Além disso, o volume de recursos foi ampliado de R\$ 700 milhões na safra anterior para R\$ 2,2 bilhões. Para enquadramento no programa da safra 2007/2008, o produtor deve ter uma renda bruta anual de até R\$ 220 mil, contra R\$ 100 mil definido na safra 2006/2007. O limite de crédito também foi ampliado de R\$ 48 mil para R\$ 100 mil por beneficiário, tanto para custeio quanto para investimento.

Comercialização – Em 2007 o governo fará leilões de equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2008, a preços estabelecidos com base em estimativas do custo variável.

Preços Mínimos – Para produtos amparados por Aquisições do Governo Federal (AGF) e EGF, o PAP 2007/2008 contempla aumento dos preços mínimos vigentes, em nível regional e nacional, para diversos produtos.

Títulos Privados – Considerando o papel estratégico dos títulos do agronegócio, o governo continuará empenhando no fortalecimento do sistema privado de financiamento do agronegócio. As operações realizadas com os três principais títulos privados de crédito já movimentaram um valor estimado em R\$ 6,7 bilhões. A dupla dos títulos Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA-WA), emitidos simultaneamente e lastreados em mercadorias depositadas em armazéns, movimentou R\$ 4,5 bilhões. Os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) movimentaram R\$ 1,55 bilhão e R\$ 746 milhões, respectivamente. Estes dois títulos são lastreados em recebíveis, com vencimento futuro.

Seguro Rural – O governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural, de R\$ 31,1 milhões em 2006 para R\$ 100 milhões em 2007. O objetivo é ampliar a abrangência do sistema brasileiro de seguro rural, atualmente da ordem de 2,4% da área plantada. Dificuldades estruturais relacionadas com o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e o monopólio do mercado de resseguros, recentemente eliminado, aliado à falta de tradição do produtor em contratar o seguro, são alguns dos entraves apontados pelo governo para a ‘fragilidade’ do sistema.

Fundo de Catástrofe - Como forma de superar as mencionadas restrições à expansão do seguro rural, o governo aumentou as subvenções ao prêmio do seguro rural e está encaminhado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que substitui o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural por um Fundo de Catástrofe. Este terá suporte financeiro assegurado por meio de subvenção econômica anual do Ministério da Agricultura e garantia da União, em títulos do Tesouro Nacional a serem depositados em instituição financeira federal.

Infra-Estrutura – O governo está criando um Grupo de Trabalho para propor decisões referentes a infra-estrutura e logística, com o objetivo de fortalecer a participação da agricultura no Plano de Aceleração do Crescimento.

Endividamento Rural – O governo aprovou a adoção de efeito suspensivo, até 31 de agosto de 2007, das parcelas das dívidas de investimento vencidas e não pagas ou vincendas até 30 de agosto de 2007, para os produtores adimplentes até 31 de dezembro de 2006. As parcelas de custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006, já prorrogadas e com vencimento em 2007, também foram beneficiadas com prorrogação para 12 meses após o vencimento do contrato. Conjugado a essas medidas, o governo criou um Grupo de Trabalho interministerial composto por representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda, e integrado por parlamentares e assessores, com o objetivo de propor medidas que contribuam para equacionar o endividamento agrícola.

As medidas contidas no Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 reforçam o compromisso do governo Lula de apoiar o setor agropecuário, de modo a assegurar a continuidade de seu crescimento. A síntese do PAP está no site

Safra 2007 terá juro menor e mais verba - Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/06/2007

Apesar disso, CNA reclama da taxa de 6,75% para o agricultor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciaram ontem o Plano Agrícola e Agropecuário para safra 2007/08, com orçamento maior e redução nos juros. A agricultura terá R\$ 70 bilhões para financiar o plantio e investir na safra, que se inicia em 1º de julho. Os recursos para a agricultura comercial somam R\$ 58 bilhões.

Para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram destinados R\$ 12 bilhões. Os juros de custeio foram reduzidos de 8,75%, na safra anterior, para 6,75%, muito acima da proposta da Confederação de Pecuária e Agricultura (CNA), de 4,5%.

Para a CNA, o juro deveria acompanhar a queda da inflação, da Selic e da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). 'Até reconhecemos que temos de avançar mais em relação aos juros, mas, no momento, considero esse um índice bom', disse Stephanes.

O anúncio dividiu parlamentares e produtores. Para representantes do Sul e Sudeste, apesar de ficar aquém das expectativas, o plano é um sinal positivo do governo porque contempla demandas do setor e aumenta a participação do produtor de renda média. No Centro-Oeste, as críticas foram para a falta de medidas efetivas para compensar as perdas com a infra-estrutura precária.

O plano procurou ampliar o acesso dos produtores médios ao crédito. Por conta das dívidas acumuladas em safras anteriores, estimadas em R\$ 131 bilhões, muitos produtores não conseguiram acesso às linhas de crédito para a safra 2005/06. O resultado é que os agricultores deixaram de usar R\$ 5 bilhões dos R\$ 50 bilhões disponíveis para crédito rural na safra passada.

Na opinião de André Pessoa, diretor da Agroconsult, o teto de R\$ 300 mil para financiamento de custeio de lavouras de soja e milho também limita o acesso ao crédito de grandes produtores do Cerrado. Segundo ele, o problema continua porque o governo manteve os limites da safra passada.

REFORÇO

Esse cenário levou o ministério a ampliar o limite de renda do chamado Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural) para R\$ 220 mil e a reduzir os juros para 6,25% ao ano. Com essa mudança, o governo calcula que de 70% a 80% dos produtores médios ligados às cooperativas terão acesso ao crédito.

O reforço no Proger foi elogiado pelo presidente da Comissão de Agricultura, Marcos Montes (DEM-MG). 'O plano lançado hoje não satisfaz o setor de imediato, mas dá um sinal positivo de que o governo reconhece a importância do setor', disse ele.

Crédito rural cresce 16%, para R\$ 58 bi – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/06/2007

Plano Safra 2007/2008 prevê taxa de juros de 6,75% ao ano, dois pontos percentuais abaixo da cobrada na safra passada

Entidade do setor diz que plano anunciado ontem é insuficiente e pede solução para dívida dos produtores, estimada em R\$ 100 bilhões

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem o Plano Safra 2007/2008 da agricultura empresarial. Maior volume de créditos e menores taxas de juros, porém, não foram suficientes para agradar ao setor, que considerou o plano "muito aquém das expectativas".

Em evento no Palácio do Planalto, Lula e o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) anunciaram R\$ 58 bilhões de crédito rural, um avanço de 16% em relação aos R\$ 50 bilhões do plano anterior.

A taxa anual de juros caiu dois pontos percentuais, de 8,75% para 6,75%. Os médios produtores terão juros de 6,25% ao ano (contra 8% da safra passada) e um limite de crédito ampliado de R\$ 48 mil para R\$ 100 mil, por meio do Proger Rural (programa de geração de emprego e renda rural).

"Esse plano ficou muito aquém das expectativas. Trata-se de uma cópia do plano anterior, que não levou em consideração a crise de rentabilidade do setor", disse Ricardo Cotta Ferreira, superintendente técnico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). "A expectativa era de pelo menos algo inovador, que pudesse, por exemplo, compensar as perdas do setor com a desvalorização cambial", completou.

O governo prometeu apresentar até meados de julho as conclusões de um grupo de trabalho interministerial criado para buscar critérios de renegociação das dívidas dos produtores, próxima de R\$ 100 bilhões. Para o ministro da Agricultura, a idéia é que essa renegociação "antecipada" das dívidas evite a acomodação dos produtores em relação aos seguidos auxílios do governo.

"Justamente para evitar isso [acomodação], estamos trabalhando com antecedência e com critérios", disse Stephanes, em entrevista na qual sugeriu que os produtores de soja do Centro-Oeste, por conta da dificuldade de escoamento da produção, estarão entre os beneficiados na renegociação.

"É inaceitável que o custo de transporte dos Estados do Sul para o Nordeste seja maior do que o do Brasil para a China, por exemplo", disse o ministro no lançamento do plano.

O dívida dos produtores é, segundo o ministério, a principal razão para o fato de R\$ 5 bilhões da safra passada não terem sido aplicados -uma sobra de 10% em relação ao volume total, de R\$ 50 bilhões.

Em discurso, Lula comparou as caminhadas que faz todas as manhãs com as ações na agricultura. "Essa ação preventiva que eu faço [caminhadas] tem que ser um espelho das ações preventivas que precisamos ter para a agricultura. E o momento é exatamente este. Não dá para encontrar soluções perfeitas para a agricultura, se a gente deixar para discutir os problemas da agricultura apenas em época de crise."

SETOR GOSTOU – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - 29/06/2007

O aumento das subvenções ao prêmio de seguro rural para R\$ 100 milhões, incluído no plano de safra, agradou ao setor. "É um grande pulo", diz Luiz Carlos Meleiro, superintendente de agronegócio da AGF Seguros. Meleiro lembra que, em 2005, esse valor foi de apenas R\$ 2,3 milhões.

CATÁSTROFE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 29/06/2007

Outro ponto importante anunciado ontem foi a intenção do governo de encaminhar projeto de lei ao Congresso para a criação de um fundo contra catástrofes. A implementação desse plano colocará novas seguradoras no mercado de seguro rural e despertará a atenção de resseguradoras, acredita Meleiro.

FUNCAFÉ LIBERA MAIS R\$ 150 MILHÕES – Cláudio Cunha - Sítio Eletrônico do MAPA – 29/06/2007

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) liberou hoje (29/06) recursos adicionais de R\$ 150 milhões ao Banco do Brasil para atender a demanda de financiamento da colheita, estocagem e aquisição de café (FAC). Gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para atender à cafeicultura nacional, o Funcafé já liberou este ano cerca de R\$ 835 milhões.

Do total liberado hoje, R\$ 70 milhões serão destinados à colheita, R\$ 50 milhões à estocagem e R\$ 30 milhões ao FAC. Os interessados nas diversas linhas de crédito (produtores, cooperativas, exportadores, beneficiadores e torrefadores) já podem procurar as agências do Banco do Brasil para efetuar as operações.

Além do Banco do Brasil, outras 13 instituições de crédito rural vêm operando recursos do Funcafé para essas linhas de financiamento. (*Claudio Cunha*)

Beneficiários do microcrédito do Pronaf terão assistência técnica gratuita – MDA – 29/06/2007

A partir de julho, os agricultores familiares do grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não precisarão mais pagar o referente a 3% do valor total contratado através do crédito pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, lançado no dia 27 de junho pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, essa regra deixa de valer. Todos os agricultores que fazem parte do programa passam a ter direito aos serviços gratuitos de ATER.

Segundo dados do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a nova medida vai beneficiar cerca de 600 mil agricultores familiares por ano. Ou seja, o total de agricultores familiares que acessam o crédito do Pronaf Grupo B. Com isso, os serviços de ATER passam a se comprometer com a pobreza rural, um dos eixos da política da atual gestão do MDA.

“Dessa forma, estaremos oferecendo ATER de qualidade, sem custo, para todos, com oferta também de capacitação de técnicos, de tecnologia apropriada para os agricultores familiares”, afirma o secretário de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci.

A viabilidade da medida é resultado de uma parceria do MDA, através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), com os serviços públicos estaduais de ATER e com as 100 maiores organizações não-governamentais (ONGs) que atuam no meio rural no Brasil. Essas instituições assumem, a partir de agora, o compromisso de garantir aos agricultores familiares mais pobres que tomam crédito do Pronaf o acesso ao conhecimento e à tecnologia apropriados à sua realidade.

R\$ 168 milhões disponíveis

A partir do novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, o Governo Federal está elevando para R\$ 168 milhões o volume de recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural. “Dessa forma, o Governo faz um pacto com as organizações de ATER, garante o acesso aos serviços e os agricultores familiares não pagam nada por isso”, informa o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), Argileu Silva.

Para garantir a ATER adequada, a SAF/MDA, via Dater, vai capacitar os técnicos que estão no campo hoje. Essa capacitação vai acontecer através de cursos e de formação na área metodológica e tecnológica, observando-se as diferentes formas de organização social, raças, etnias e atividades, potencializando suas culturas, saberes, formas de organização e entendimento sobre suas reais necessidades nos processos de desenvolvimento rural.

Planos oficiais confirmam foco na classe média rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 29/06/2007

Os planos de ação do governo anunciados esta semana para apoiar a agropecuária no ano-safra 2007/08 reforçam a aposta na chamada classe média rural. Queda nos juros, mais recursos a taxas subsidiadas e ampliação dos limites para enquadramento tentam amparar uma faixa espremida entre os grandes e os pequenos produtores. Até então, os produtores com renda bruta anual entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil estavam fora do alcance das políticas oficiais.

O Plano de Safra 2007/08, anunciado ontem pelo Ministério da Agricultura, confirmou a destinação de R\$ 58 bilhões para financiar as ações da chamada agricultura empresarial - na safra atual foram R\$ 50 bilhões. Desse total, os médios produtores terão disponíveis R\$ 2,2 bilhões na linha Proger Rural. E com uma taxa de juro 21,8% inferior ao que vinha sendo praticado há quase uma década, desde o ano-safra 1998/1999 - o custo caiu de 8% para 6,25% ao ano. Para os demais produtores, o governo confirmou uma redução um pouco maior (22,9%) - 8,75% para 6,75%.

Líder no setor rural, o Banco do Brasil estima agregar 200 mil contratos aos atuais 50 mil nessa faixa. "A maioria deve ser de produtores hoje no limite da agricultura familiar", diz o diretor de Agronegócios do BB, José Carlos Vaz. Do orçamento de R\$ 37 bilhões previsto pelo banco para a próxima safra, R\$ 2,5 bilhões devem ser emprestados aos médios produtores.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) afirma que 80% de seus filiados podem ser enquadrados na nova faixa de renda bruta anual, elevada de R\$ 100 mil para até R\$ 220 mil. O estrato médio do setor também foi beneficiado pelo aumento do limite de crédito individual, que passou de R\$ 48 mil para R\$ 100 mil por beneficiário. "Essa foi uma medida acertada do plano", reconheceu o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas. "Foi um dos poucos acertos", disse o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR).

As medidas anunciadas ontem somam-se às alterações operadas na véspera no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). O Ministério do Desenvolvimento Agrário reduziu os juros do financiamento de 7,25% para 5,5% ao ano, além de elevar o limite de renda bruta para enquadramento de R\$ 80 mil para até R\$ 110 mil.

Foco no médio produtor
Dados do Plano de Safra 2007/08 da agricultura empresarial (R\$ bilhões)

Fontes de recursos e Programas	2006/07	2007/08	Variação (%)
Custeio e comercialização	41,4	49,1	18,6
Juros controlados	30,1	36,5	21,3
Recursos Obrigatórios	20,4	30,0	47,1
Poupança Rural	8,0	2,5	-68,8
Proger Rural	0,7	2,2	214,3
Fincafé	1,0	1,8	80,0
Juros livres	11,3	12,7	12,4
Investimento	8,6	8,9	3,5
Moderfrota	3,0	3,0	0
Fundos constitucionais	2,2	2,5	13,6
Total Geral	50,0	58,0	16,0

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura

O novo Plano de Safra para a chamada agricultura empresarial também confirmou modificações nos juros dos programa de investimento sob administração do BNDES. As taxas do Moderfrota (para aquisição de máquinas agrícolas) foram reduzidas de 8,75% para

7,5% ao ano nos empréstimos a produtores com até R\$ 250 mil de renda bruta e de 10,75% para 9,5% nos demais casos.

Os programas do BNDES foram reduzidos de dez para oito. Os limites individuais de financiamento também foram alterados. Produtores de arroz irrigado, feijão, milho, mandioca, sorgo e trigo passarão a ter limite de R\$ 450 mil. Pecuáristas de bovinos de leite e de corte terão R\$ 150 mil, assim como avicultores e suinocultores.

No anúncio do plano, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou as pressões por medidas mais ousadas, mas afirmou que lideranças do setor, a bancada ruralista e o governo devem trabalhar juntos em processos estruturantes, como a criação do fundo de catástrofe para garantir o seguro rural de renda aos produtores.

"Em época de crise, nós temos as pessoas sérias que querem encontrar a solução, nós temos as pessoas que querem tirar dividendos políticos, sobretudo se estivermos perto de uma eleição, nós temos as pessoas que, por outras razões, devem e querem tirar proveito daqueles devedores que devem por conta da crise mesmo", disse. E alfinetou o antecessor Fernando Henrique Cardoso: "Vocês precisam aproveitar para a gente construir aquilo que não foi construído em tantos anos, apesar de muitas vezes vocês terem presidentes da República que vocês imaginavam que estavam mais próximos de vocês", afirmou. "Eu não sou um agricultor, sou um torneiro mecânico, mas tenho consciência do que a agricultura representa para o Brasil e para o mundo".

Incra aumenta valores do Crédito Instalação para assentados da reforma agrária – MDA – 29/06/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ampliou os valores do programa Crédito Instalação, primeiro recurso dos assentados do programa de reforma agrária do Governo Federal. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção passou de R\$ 5 mil para R\$ 7 mil. Já a modalidade Recuperação Materiais de Construção, cujo crédito era de R\$ 3 mil, agora ficou em R\$ 5 mil. A Instrução Normativa (IN) nº 40, que estabelece os novos valores, foi publicada hoje (29) no Diário Oficial da União.

A IN resolve ainda as dívidas contraídas pelos assentados com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), uma situação que se arrasta há mais de dez anos, disponibilizando um valor de até R\$ 3 mil por família. No total, o valor do Crédito Instalação, nas cinco modalidades, somado ao recurso do Procera, chega a R\$ 21,3 mil por família.

Esse aumento significa uma ampliação de aproximadamente R\$ 150 milhões anuais em investimentos do Incra na área de habitação para a reforma agrária. "A valorização deste crédito busca a qualificação dos assentamentos da reforma agrária", assegura o presidente do Incra, Rolf Hackbart. Além de beneficiar diretamente os trabalhadores rurais, esses recursos também contribuem para a melhoria das habitações dos assentamentos, que inclui o aumento do espaço físico, além do incremento da economia dos municípios onde existem Projetos de Assentamento (PAs), com a criação de postos de trabalho diretos e indiretos.

"A ampliação dos valores deve-se ao compromisso do Incra de assegurar melhores condições de habitabilidade aos assentados da reforma agrária. É, fundamentalmente, uma ação afirmativa do Governo Federal", explica o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, César Oliveira. Ele destaca que há na elevação dos valores um

componente de cidadania. “Isso porque a ampliação dos valores se insere dentro da estratégia de afirmação da dignidade humana no meio rural”, completa Oliveira.

Os recursos aplicados através da modalidade Aquisição de Materiais de Construção auxiliam na edificação das moradias; já a modalidade Recuperação Materiais de Construção tem por finalidade promover a melhoria física das residências que necessitem de reforma ou ampliação por causa de deterioração. Embora as necessidades habitacionais sejam identificadas individualmente, com laudos técnicos para cada residência, os recursos são aplicados de forma coletiva na construção ou na recuperação de residências no PA.

Procera

A mesma Instrução Normativa prevê uma modalidade denominada Reabilitação de Crédito Produção, destinada a recuperar a capacidade de acesso a novos créditos às famílias que contrataram financiamentos, exclusivamente no Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). A modalidade possibilita a quitação das dívidas contraídas, em condição de adimplência ou inadimplência, conforme condições previstas nas Leis nº 10.696/03 e Lei nº 11.322/2006.

Suporte aos PÁS

O Crédito Instalação garante os meios para a instalação e o desenvolvimento inicial dos assentados da reforma agrária no lote. Além das duas modalidades que receberam aumento nos seus valores, há ainda as de Apoio Inicial (R\$ 2,4 mil por família); Fomento (R\$ 2,4 mil por família); e Adicional do Semi-Árido (até R\$ 1,5 mil por família).

O Crédito Instalação deve garantir a segurança alimentar das famílias assentadas pela compra de alimentos e aquisição de insumos agrícolas; a construção e recuperação de moradias; a segurança hídrica aos PAs localizados no Semi-árido brasileiro, com a construção de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água; e a aplicação em bens de produção (sementes, mudas, matrizes animais, etc.) para a geração de renda.

O programa atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do Incra. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das Associações ou representantes dos assentados, orientadas pela assessoria técnica na escolha e no recebimento dos produtos.

Veja como ficaram os valores do Crédito Instalação

Modalidade	Valor antigo (R\$)	Valor atual (R\$)
Apoio Inicial	2,4 mil	2,4 mil
Aquisição de Materiais de Construção	5 mil	7 mil
Fomento	2,4 mil	2,4 mil
Adicional do Semi-Árido	1,5 mil	1,5 mil
Recuperação Materiais de Construção	3 mil	5 mil
Reabilitação de Crédito Produção	-	3 mil
Total	14,3 mil	21,3 mil

Plano agrícola, segurança para o agronegócio - Reinhold Stephanes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 30/06/2007

É inquestionável a importância da agricultura e da pecuária para o desenvolvimento econômico do País. O agronegócio, que envolve os pequenos, os médios e os grandes produtores rurais, responde por 25% do produto da economia.

No ano passado, o setor exportou US\$ 50 bilhões, apresentando superávit de US\$ 42,6 bilhões. E, do total do superávit da balança comercial brasileira, as exportações do agronegócio contribuíram com 92,5%.

Nos últimos cinco anos, a agricultura brasileira é a que mais cresce em exportações. A taxa anual de crescimento atingiu 16,3%, a mais alta do mundo. Esse desempenho consolida a imagem do Brasil como grande fornecedor de alimentos e matérias-primas de origem agrícola, no mercado internacional. No País, são 4.950 cidades que dependem diretamente do agronegócio.

O agronegócio cumpre com eficiência quatro funções básicas. Primeiro, o abastecimento, levando alimentos à mesa dos brasileiros, em quantidade, com qualidade e preços baixos. Segundo, o crescimento econômico, em que a extraordinária capacidade de competição do País o levou a ser o maior exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja, para citar alguns produtos. Além disso, somos o segundo maior exportador de grão, farelo e óleo de soja. A terceira função desempenhada pelo agronegócio, mas não com a mesma generosidade, é a geração de empregos e renda no campo. E a quarta, o fornecimento de energia, função que o agronegócio vem consolidando a cada dia, seja pelo apelo econômico, seja por razões ambientais.

Esses dados colocam o Brasil na segunda posição no ranking dos principais exportadores de alimentos e matérias-primas no mundo, atrás somente dos EUA. E as previsões para o futuro são excelentes: temos terra, água, tecnologia de ponta e competitividade e, por fim, gente para produzir. Falta ao País, contudo, consolidar instrumentos oficiais de apoio e de sustentação ao agronegócio, que retribuam ao setor rural no mesmo nível de importância que representa para a economia.

Agora está sendo lançado o Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2007-2008, cujo total de recursos para apoio ao custeio e à comercialização será de R\$ 58 bilhões. Destes, R\$ 49,1 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 8,9 bilhões para os programas de investimento. Isso corresponde a um crescimento de 16% sobre o que foi disponibilizado no ano anterior. Um dos objetivos do plano é reduzir a queda do risco da atividade, mediante estímulos à consolidação do seguro.

Além das linhas que vêm sendo aperfeiçoadas nos últimos anos, o Plano Agrícola e Pecuário apresenta como destaques a redução dos custos médios de financiamento, pela diminuição da taxa de juros - de 8,75% para 6,75% -, e o aumento da oferta de recursos do sistema de crédito rural.

O nível da taxa de juros do crédito rural e sua importância para o uso de tecnologia no campo são pontos de destaque dentro de uma agenda de prioridades construída pelo Ministério da Agricultura. Há quase dez anos o governo fixou os juros para o setor em 8,75%. Como os indicadores de economia vêm seguindo curso positivo, são naturais a expectativa e a necessidade de queda das taxas de juros. Isso já foi sinalizado com a nova taxa estabelecida, no entanto, o governo manterá esforços de prosseguir nessa direção, à medida que as condições permitirem.

O plano prevê, ainda, a intensificação do apoio à média agricultura. As mudanças trazem um substancial aumento no volume para custeio, a elevação da renda bruta para fins de enquadramento no programa e a ampliação dos limites de crédito a uma taxa de 6,25%. Isto beneficia grande número de produtores que se encontram na faixa de 8,75% com uma expressiva redução de juros.

O governo federal fará, também, leilões de equalização de preços, mesmo antes do plantio, como forma de dar segurança aos produtores, garantindo o custo variável de produção. Aos produtores mais distantes dos centros consumidores esta ação dará uma compensação do custo de logística. Além disso, haverá aumento dos recursos para a equalização do Prêmio do Seguro Rural. Em 2007 serão R\$ 99 milhões.

O endividamento do setor agrícola está estimado, atualmente, em torno de R\$ 100 bilhões. Essa é uma dívida que vem desde o início dos anos 1990 e para a qual muitos pontos contribuíram: adversidades climáticas, planos econômicos, mercado internacional com excesso de ofertas e taxa cambial com o real apreciado, o que reduz renda dos produtores.

Para encontrar uma solução nos unimos: Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, BNDES, representantes das Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara de Deputados e representantes do setor rural convidados. Nossa expectativa é de que dessa união surjam critérios que diferenciem produtos, regiões e produtores.

O produtor rural tem provado que, quando pode e tem renda, honra seus compromissos. Um exemplo é que nos Estados que registraram boas safras e, conseqüentemente, renda para os produtores, o índice de endividamento caiu. Além disso, mais de 90% dos produtores que contraíram dívidas para custeio na última safra estão em dia.

A solução para o endividamento depende de encontrarmos um mecanismo de equilíbrio tecnicamente viável, financeiramente suportável e socialmente justo.

A agricultura sempre demonstrou grande eficiência dentro das propriedades. Os problemas, contudo, geralmente começam da porteira para fora. As instituições e seus técnicos que têm responsabilidade com o desenvolvimento rural devem, a cada dia, se questionar sobre como podem contribuir para resolvê-los. Afinal, a produção compete aos agricultores e cabe a nós facilitar-lhes essa tarefa. **Reinhold Stephanes, deputado federal (PMDB-PR), é ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

